

Fluxos Interestaduais de Vazamento de Renda e Pobreza Urbana*

PEDRO PINCHAS GEIGER **

1 — O DEBATE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA E DA POBREZA

1.1 — O Interesse Crescente pelo Tema

O TEMA da distribuição da renda e da pobreza vem merecendo no Brasil uma atenção crescente na década de 70, em trabalhos e debates de cunho acadêmico, sendo que mais recentemente passou a ser focalizado com certa freqüência por políticos e governantes de alto escalão.

“O tema da repartição de renda estourou no Brasil a partir do momento em que se divulgaram os dados do censo de 1970, os quais, comparados com os do Censo de 1960, demonstraram que a repartição se tinha tornado ainda mais regressiva ao longo dessa década” diz Paul Singer¹. “A preocupação com as questões redistributivas levou as Na-

* Este trabalho foi apresentado no Seminário Nacional sobre Pobreza Urbana e Desenvolvimento realizado em Recife em dezembro de 1978, promovido pela Universidade Federal de Pernambuco. O autor agradece às críticas apresentadas por Daniel de Oliveira do IPEA.

** Geógrafo do IBGE/SUEGE.

1 Paul Singer — Desenvolvimento e repartição da renda no Brasil. *A Controvérsia Sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento*, Ricardo Tolipan e Arthur Carlos Tinelli, organizadores, Zahar, Rio de Janeiro 1975, p. 73.

ções Unidas a eleger o combate à pobreza e ao subemprego como os principais objetivos da Estratégia para o Desenvolvimento Internacional nos anos 70", lembra Hamilton C. Tolosa ².

Questões relativas à apropriação do produto são tema central nos embates entre escolas e ideologias nos séculos XIX e XX, tema que, além das relações entre distribuição funcional da renda e processo econômico, envolve aspectos morais humanitários. Em termos históricos observou-se nos países europeus e nos Estados Unidos, ou ruturas no sistema capitalista, com a formação do bloco socialista e de suas extensões em outros continentes, ou uma série de conquistas sociais por parte dos trabalhadores, apoiados na força sindical crescente, e que conduziram à chamada sociedade de consumo.

No chamado "Terceiro Mundo" "torna-se cada vez mais evidente que o crescimento econômico não assegura automaticamente uma distribuição equitativa da renda, ao contrário, pode até mesmo aumentar e agravar as desigualdades entre grupos sociais e regiões" ³. Diante deste fenômeno (que compreende amplas massas em estado de penúria), conjugado com o rápido crescimento populacional nesta parte do mundo, técnicos dos países industrializados, quer expressando um comportamento moral quer representando a preocupação das instituições a que pertencem com as implicações quanto a confrontos mundiais, têm se voltado para a necessidade do atendimento a estas populações (e da limitação de sua multiplicação).

No Brasil a industrialização e urbanização, que se acentuou após a segunda Guerra Mundial, alcançou tamanha dimensão que colocou nosso PNB em 9.º lugar no mundo capitalista. Resultou em profunda mudança na estrutura social e econômica do País, e a sociedade tornada mais complexa compreende aumento substancial da massa de pesquisadores e cientistas sociais, bem como de atividades editoriais. É verdade que estarão todos de acordo que, apesar destas modificações (o "Tudo Bem" para parodiar recente filme nacional), a distribuição da renda no Brasil apresenta grandes desigualdades, e elevada percentagem da população vive em condições precárias quanto ao acesso a bens e serviços considerados necessários a todos. Estas seriam, aliás, os principais aspectos que diferenciariam o Brasil dos países mais avançados do capitalismo. País ímpar, que tão pouco pode ser incluído entre os subdesenvolvidos.

No entanto, as alterações da sociedade brasileira são origem de forças que repercutem em sua superestrutura. Elas são a fonte tanto do chamado "processo político da abertura" como da ampliação do debate sobre a desigualdade da renda e a pobreza. Portanto, o que vem ocorrendo no Brasil é que o tema ganhou maior atenção, por uma convergência onde se contam o novo quadro da sociedade brasileira, a influência (como doutras vezes) de idéias trazidas de fora e uma produção maior e mais variada de estatísticas. *O tema:*

— deixou de ser quase que apenas um discurso político para aparecer com mais frequência na forma da linguagem científica e em instituições de pesquisa, inclusive do governo;

Hamilton C. Tolosa — Dimensões e Causas da Pobreza Urbana, *Dimensões do Desenvolvimento Brasileiro*, Werner Baer, Pedro P. Geiger e Paulo R. Haddad, coordenadores, Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1978, p. 151.

3 Citação do trabalho das Nações Unidas — *Attack on Mass Poverty and Unemployment* p. 4. New York, 1972, em Hamilton C. Tolosa — *op. cit.* p. 151.

— deixou de ser privilégio de uma ou outra escola econômica, passando a se caracterizar como tal para todas elas. A questão da melhor distribuição de renda tem sido utilizada tanto para condenar o capitalismo como para promover a expansão por novas etapas do capitalismo, de que o País é uma nova fronteira;

— vem merecendo ultimamente o envolvimento de altos governantes, na medida em que não pode ser desvinculado das políticas de crescimento econômico e das perspectivas de um crescimento continuado.

Aparentemente haveria também uma concordância entre todos quanto a tendências de acentuação da desigualdade da distribuição da renda a partir de 1960. "There has not in fact been much, if any disagreement in the discussion with regard to the broad answers on these questions: the degree of inequality is considered very high, and the trend negative"⁴. (Não há muito, se é que há algum, desacordo quanto às respostas gerais às seguintes questões: o grau de desigualdade é considerado muito alto e a tendência negativa). Quem levanta dúvidas, porém, quanto à piora da distribuição da renda é o próprio relatório citado, sugerindo que dados recentes do PNAD e do ENDEF poderiam indicar tendência recente para a melhoria. Além disso, o relatório aponta para a inconveniência de se expressarem relações entre crescimento e distribuição de renda com dados da década intercensal de 60 a 70, uma vez que a retomada do crescimento só se inicia em 1968.

Os autores observam que os dados do PNAD são mais conformes com os dados das Contas Nacionais do que os dados de rendimentos do Censo, e a razão estaria nas rendas não monetárias, estimadas em 24% para o total da população e em 50% para a população rural. No entanto, veremos adiante que a discrepância entre rendimentos do Censo Demográfico de 1970 e renda nacional é maior nos estados mais desenvolvidos, nos quais a renda não monetária deve ocupar participação menor. Se a renda dos mais pobres é subestimada pelo que recebem em termos não monetários, também o é dos mais ricos, pelas omissões quanto a ganhos pelo capital. Além disso, não dispomos de dados como os do ENDEF para comparações históricas.

O fato é que os autores do relatório optavam por atitude mais prudente, evitando afirmação categórica: os dados ainda não permitiriam garantir quanto à definição de tendências da pobreza no Brasil. "The finding of this report, however, is that the statistical evidence underlying qualitative conclusions, and certainly any attempt to quantify them is much weaker than generally realized"⁵.

As divisões entre os estudiosos do tema da distribuição da renda e da pobreza referem-se, portanto, a causas das desigualdades; à localização das concentrações da pobreza; à diminuição ou aumento da população em estado de pobreza absoluta e aos mecanismos de correção no combate à pobreza, no âmbito do sistema econômico vigente. A discussão deste tema é importante na medida em que irá contribuir para o entendimento do processo histórico e para medidas adequadas de intervenção. Naturalmente a formulação de distintas estratégias para a intervenção dependerá da interpretação global do processo histórico e esta interpretação depende dos componentes epistemológicos seguidos.

4 World Bank, *Income Distribution and Poverty in Brasil*, first draft, main volume, 1978, p. 8.

5 World Bank, *op. cit.* p. 8.

1.2 — Acentuação da desigualdade da renda, ou da pobreza?

Creio que seria ingênuo querer discutir agora causas mais gerais da desigualdade, cada modo de produção tem, implícitas, as suas. Creio também que hoje existe uma concordância entre quase todos os que estudam o problema de que os mecanismos econômicos de mercado, por si sós, sem a intervenção da superestrutura governamental, não podem garantir a atenuação automática das desigualdades. Crítica a um dos primeiros trabalhos sobre o tema⁶ se refere justamente ao fato de que, no mesmo, o papel da intervenção das instituições políticas na distribuição da renda não foi explicitado⁷; no entanto, hoje em dia, o autor deste primeiro trabalho tem mencionado publicamente seu ponto de vista favorável a estratégias de intervenção no combate à pobreza.

O governo pode ser visto como uma entidade na qual repercutem os diversos movimentos da superestrutura da sociedade, refletindo os interesses de diversos segmentos da estrutura social. Políticas regionais, planejamento urbano, são expressões desta superestrutura. No entanto, estes movimentos da superestrutura podem ser contraditórios, e, evidentemente, a forma da atuação irá representar finalmente uma resultante que indicará domínios ou equilíbrios na composição destas diversas forças.

As questões que se apresentam são as seguintes:

— no Brasil há grande desigualdade da distribuição da renda, associada à presença de massas amplas de baixo consumo, mas sem que se acentuasse esta desigualdade, ou esta pobreza? Observe-se que é possível que numa determinada população a desigualdade diminua, mas que a pobreza de todos aumente;

— no caso brasileiro as coisas se passaram como descrito por Langoni? Isto é, houve participação menor na renda entre 1960 e 1970 por parte da população pertencente aos decis de renda mais baixa, mas acompanhada da elevação das rendas médias a preços constantes?⁸. Observe-se que, teoricamente, aceita-se a possibilidade de, por um tempo, coexistirem as tendências de melhoria geral do nível de vida da população e acentuação de desigualdade na renda. “O progresso técnico opera em dois sentidos: impedindo o crescimento dos salários mediante a manutenção de uma taxa de desemprego relativo requerido pelo processo de acumulação e aumentando a produtividade por trabalhador ocupado. O aumento da produtividade permite um crescimento absoluto dos salários reais na medida em que reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução das mercadorias que fazem parte do custo de reprodução da mão-de-obra”⁹;

— ou, no caso brasileiro, a acentuação da desigualdade significa manutenção ou acentuação dos níveis de pobreza? Neste sentido vale

6 Carlos Geraldo Langoni, *Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico*. Editora Expressão e Cultura, Rio de Janeiro, 1973.

7 Pedro Malan e John Wells, Langoni, Carlos G. — *Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 3, n.º 4, dez. 1973, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1973.

8 Carlos Geraldo Langoni, *Op. cit.* p. 64.

9 Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo — *Distribuição de Renda: Uma Visão da Controvérsia A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento*, Ricardo Toli-pan e Arthur Carlos Tinelli, organizadores, Zahar, Rio de Janeiro, 1975 p. 28.

verificar que no início destes debates da década de 70 falava-se geralmente da desigualdade da renda e que pouco a pouco foi sendo incorporado e valorizado o emprego do termo pobreza.

Mas que significa pobreza?

Vejamos de saída que hoje se empregam duas expressões, a da *pobreza relativa* e a da *pobreza absoluta*.

Pobreza relativa pode significar simplesmente pertencer a camadas menos privilegiadas na apropriação do produto e deste modo ter certa dificuldade no acesso ao consumo de bens e serviços ofertados pela moderna tecnologia. Ou ela poderia significar a diferença entre o padrão de vida dos decís inferiores ou do homem mediano de um país e os de outro país, entendendo-se como padrão de vida a participação nos bens e serviços que proporcionariam indicadores como relativos à esperança de anos de vida, educação permanente e outros.

Observe-se que, no modelo capitalista, a pobreza relativa, da maneira como foi definida acima, pode encontrar suas justificativas na capacidade técnica atingida pelo grupo social considerado, e onde a acumulação nas mãos de alguns seria o instrumento para os investimentos. A questão estaria na utilização dos excedentes, se para aumentar os meios de produção e as forças produtivas do grupo social, vale dizer, para etapas mais avançadas do capitalismo, ou se para gastos de ostentação e entesouramento. Neste sentido, a intervenção pode tomar a forma de limitar altos salários, por exemplo.

A *pobreza absoluta* se refere a massas de população com dificuldades de acesso às necessidades básicas, ou seja, às necessidades que garantem pelo menos a sua simples reprodução. Avaliados os custos necessários para suprir as necessidades básicas de uma pessoa ou família, estabelece-se uma linha definida por determinado valor monetário, abaixo da qual a pessoa ou família estaria em pobreza absoluta.

No entanto, determinados estratos da população podem baixar sua renda real, entre dois momentos do tempo, num processo de acentuação de desigualdades, sem, no entanto, passar a linha da extrema penúria. Neste caso, trata-se de empobrecimento *relativo ou absoluto*? E no caso das condições de vida terem piorado para o último decil, mas melhorado para o penúltimo, aumentou ou diminuiu a pobreza?

Como se vê, uma quantidade de aspectos variados pode se apresentar no desenvolvimento da distribuição da renda e na história da pobreza. Se afirmamos ser ingênuo discutir "causas" gerais de desigualdades na distribuição da renda, no entanto alcança interesse estudar as diversas formas tomadas pela desigualdade e pela pobreza, de acordo com as diversas formas tomadas pelo modo de produção em seu desenvolvimento. Isto é, torna-se importante examinar como a nível nacional e regional o modo de produção integra as fases históricas, os remanescentes de modos antigos e assim analisar causas específicas das diversas formas de pobreza, bem como suas causas específicas. Veja-se, por exemplo, a pobreza da "favela", que pode associar presença de televisão e subnutrição sem que se queira com isso subestimar a necessidade da televisão como acesso à informação e, portanto, um direito de qualquer um querer possuí-la.

Malan e Wells¹⁰ dizem que é preciso explicar "como" se deu o aumento da desigualdade, mais do que "quem" se beneficiou no processo.

10 Pedro Malan e John Wells, *op. cit.* p. 1122.

Parece-nos que estabelecer modalidades compreende o “quem” e o “como” e que o conhecimento de situações diversas conduzem a sugestões diversas de políticas.

Assim, por exemplo, se analisamos a grande dimensão da chamada pobreza absoluta em regiões do Nordeste, podemos ser conduzidos a valorizar medidas assistenciais (como a distribuição de pacotes de alimentos) para fins imediatistas e refletir sobre questões como as relações entre a dimensão da pobreza absoluta e a manutenção dos setores tradicionais da economia, o nível da produtividade geral do País e o modelo de crescimento econômico. Podemos também ser conduzidos a valorizar as centralizações nas decisões políticas e econômicas, alterando-se as situações “desde fora”. No entanto, se nos defrontamos com questões de pobreza relativa, como a que gera reivindicações salariais na área da Grande São Paulo, podemos ser conduzidos a outras reflexões: por exemplo, sobre o aumento do nível de exigências de trabalhadores na indústria em ambiente metropolitano mais desenvolvido, quanto a padrões de vida compatíveis com a atualidade e sobre a comparação dos salários entre os chamados *white collars* e *blue collars*¹¹; sobre relações entre estas exigências e a baixa produtividade do País tomado em seu conjunto, criando-se os dilemas no planejamento regional e urbano quanto a privilegiar setores “produtivos” (ou setores que representem o aumento dos meios de produção) ou setores do consumo privado ou coletivo; sobre como se beneficiam as diversas camadas da população, principalmente nas cidades, com a implantação dos serviços de consumo coletivo¹²; sobre a relação entre a melhor distribuição da renda e o sustento do modelo do crescimento econômico. O que se tem visto é que, diante do fenômeno da industrialização e sua expressão social, na área mais desenvolvida do País, em São Paulo, o governo e setores dominantes podem ser conduzidos a posições de reconhecimento do direito da pressão salarial por parte dos trabalhadores, e de decisões mais descentralizadas. Verificou-se também algumas medidas de limitação do nível dos salários mais altos em setores ligados ao governo.

A complexidade brasileira reside justamente no fato de que, em certas regiões, como em São Paulo, aparentemente seguimos uma evolução como a dos países industrializados, enquanto noutras, como no meio Norte, nos assemelhamos a pobres países agrários do terceiro mundo. Compreendem-se, pois, as dificuldades na aplicação de modelos únicos, políticos e econômicos, pelas diversas regiões do País. Mas também não podemos deixar de integrar estas partes, diversificadas, na unidade nacional que somos. Como pensar mudar o perfil produtivo e tecnológico do País, tomando em consideração a situação das grandes regiões rurais e suas massas subempregadas, sem atender ao mesmo tempo ao pólo de São Paulo? E pode-se pensar num modelo que atenda a São Paulo e não considere o Maranhão?

11 O trabalho já citado do Banco Mundial fala de importantes ganhos relativos quanto ao emprego de técnicos e *white-collars* em face dos trabalhadores manuais, apesar de que o setor industrial tenha crescido mais, entre 1960 e 1973, em termos de emprego, do que o terciário: respectivamente 5,5 e 2,8 e 7,3 e 4,7 são as taxas do crescimento anual. Sobre o tema dos salários dos chamados setores “produtivos” e, assim ditos, “improdutivos”, veja Pedro Malan e John Wells na *op. cit.* 1122 e 1123.

12 Veja a respeito Hamilton C. Tolosa, *op. cit.* p. 185.

Pois este pode ser um papel da Geografia diante do tema da desigualdade da renda e da pobreza: a descrição de suas modalidades segundo uma perspectiva regional e temporal. Uma tipologia da desigualdade e da pobreza vai depender, além da distribuição das forças produtivas, das características específicas dos ambientes geográficos, das superestruturas estabelecidas nas regiões e da dinâmica de sua população, em termos do crescimento e da densidade. Principalmente num país como o Brasil, esta atividade de descrever as regiões e as inter-relações das mesmas ganha relevo.

São conhecidas interpretações que procuram vincular a ascensão das populações do mundo industrializado para padrões de vida mais altos, paralelamente a grandes acumulações do capital, ao processo do subdesenvolvimento em países dependentes. Surgiram naturalmente idéias de comparar as relações inter-regionais do País, com o que se passa a nível internacional. Mas no plano internacional trata-se, em geral, de comparações de países em molduras institucionais e culturais diversas. Já o Brasil é um caso único. Embora apresentando o nono PNB, como vimos, dentro de suas fronteiras, no mesmo quadro institucional, encontram-se desde populações na "idade da pedra" até as que vivem numa das mais dinâmicas metrópoles do mundo.

Observe-se, no entanto, que no plano internacional assistiu-se ao crescimento impressionante da população nas regiões em subdesenvolvimento em face do mundo industrializado. No Brasil, através do mecanismo das migrações, pelo contrário, a região mais deprimida, o NE, vem perdendo gradativamente posição relativa no País quanto a seu estoque de população. Resulta que temos diante de nós duas alternativas de interpretação: ou bem vamos tendo um progresso geral, embora mal distribuído espacialmente, ou temos diante de nós a simples transferência da pobreza, de forma cumulativa, para as regiões mais desenvolvidas, vale dizer urbanizadas.

Vale acrescentar que também quanto a este tema temos certamente a influência de idéias que tem a ver com o que se passa no mundo industrializado. Seja através das migrações internacionais seja nas migrações internas, verifica-se nos países centrais a entrada de populações pobres no núcleo das grandes áreas metropolitanas, das quais também se observa evasões de empresas e populações de melhor renda para as periferias das mesmas. Mas num país como os E.E.UU. por exemplo, o fato do migrante nacional pobre se mover para a metrópole não significa certamente o mesmo que no Brasil. Enquanto lá o país já se encontra há muito quase totalmente urbanizado e mais homogêneo, entre nós o movimento para a cidade envolve muitas vezes a passagem de situações nas quais prevalecem ainda formas de relações de produção pré-capitalistas, para um ambiente de mudança que a grande cidade ainda representa. No referido estudo do Banco Mundial menciona-se que "it is easier to provide numbers on trends in sectoral and regional output and the location of the population vis a vis that output, for instance, than it is for example to quantify changes in share-cropping arrangements, in the responsiveness of employers to minimum wage legislation, on in the extent to which the local monopoly powers of landlords, lenders and wholesalers are being broken down by better roads and communications" (é mais fácil, por exemplo, obter dados quanto a tendências setoriais e regionais de participação no produto e na localização da população em face deste produto do que, por exemplo, quantificar a extensão de mudanças nos tratos das parcerias, as

respostas dos empregadores às legislações do salário mínimo¹³, ou a extensão da quebra dos poderes locais de monopólio dos grandes proprietários de terra, atacadistas e financiadores, pela introdução de melhores estradas e comunicações)¹⁴.

Chegamos, assim, à pergunta: onde se concentra a pobreza?

1.3 — Onde tende a se concentrar a pobreza?

Naturalmente existe um vínculo entre a questão sobre desigualdade de distribuição, ou pobreza, e a questão sobre onde se concentra a pobreza.

Pois se o País vem se urbanizando aceleradamente, passando a população urbana de 32 a 56% entre 1940 e 1960 uma acentuação da pobreza, no sentido de envolver contingentes crescentes da população, só poderia se dar nas cidades. Seguindo a mesma lógica, uma vez que as grandes cidades crescem mais que as pequenas, a pobreza estaria se concentrando nas grandes cidades. Daí não se estranhar que haja afirmação como a de “que é a pobreza que move a urbanização”.

Finda a segunda Guerra Mundial, as correntes pela mudança apontavam para a nossa situação de país “essencialmente agrário” (ainda em 1950 nossa população era 60% rural), no qual prevaleciam relações de produção pré-capitalistas, dotado de reduzida classe empresarial moderna, reduzida classe média, e excessivamente dependente da importação de bens industriais. Enfatizava-se a necessidade de industrializar o Brasil, intensificando-se a industrialização pela substituição de importações, da nacionalização de certos setores da economia (“o petróleo é nosso”), de criar um amplo setor de empresários nacionais e de uma reforma agrária, tudo isto objetivando a evolução do País para formas mais avançadas do capitalismo.

Realmente, nas décadas de 50, 60 e 70 o Brasil vem passando por intenso processo de urbanização e industrialização no qual se alterou a composição da PEA em favor dos setores secundário e terciário e se expandiu a classe média. É a industrialização e as mudanças tecnológicas que conduzem direta ou indiretamente a urbanização, ou seja, a urbanização é movida pelo aumento dos meios de produção do País, o que em termos sociais é um enriquecimento. Em outras palavras, a urbanização representa deslocamentos de localização como expressão da alteração do quadro dos meios de produção e das relações de produção; e é o desenvolvimento das forças produtivas que é a base da mudança na estrutura da sociedade.

Do mesmo modo que, ao longo da história, a expansão do capitalismo representou, em face de etapas anteriores, um avanço em termos de desenvolvimento econômico e social (por exemplo, a abolição dos escravos e a expansão do assalariado no Império, a industrialização e a legislação trabalhista na República), não creio que numa perspectiva histórica de longo prazo alguém possa defender a tese de que passando

13 As recentes PNAD introduzem um quesito quanto à existência ou não de carteira profissional assinada.

14 Banco Mundial, *op. cit.* p. 4.

para etapas mais avançadas do capitalismo, com a industrialização e urbanização, aumentou a pobreza da população em relação à situação anterior.

Isto não significa, no entanto, que em termos absolutos não tenha aumentado a massa de população de baixa renda e em pobreza nas cidades e que a falta de solução para a melhor distribuição da renda não ponha em risco a continuação do crescimento do modelo da industrialização baseado na expansão do mercado interno; ou que o conceito de "necessidade" não abranja variedade cada vez maior de bens e serviços, ou seja, que o nível de exigências legítimas não esteja aumentando com a urbanização.

Portanto, a tese de que há um processo... "cumulativo crescente... da pobreza urbana... mais gritante nos grandes centros urbanos..." ou se refere a um aumento em número absoluto, mas não relativo, na medida em que aumenta a população, o que seria indiscutível, ou possui uma conotação relativa, o que seria discutível.

A aceitação de que está havendo um aumento relativo da pobreza significaria que, depois de uma fase de progresso, estaria sendo atingido um momento crítico na contradição entre a acumulação e a distribuição na atual etapa do capitalismo no Brasil. Portanto, seria ressuscitada a tese da "inchação urbana" para explicar o andamento do crescimento urbano.

Neste caso, como manter-se-ia o investimento com o empobrecimento? Poderia, caso fosse orientado para a produção bélica, que não é o caso, ou para a exportação. No longo prazo, urbanização e industrialização correram junto com a expansão do mercado interno que passou a ocupar posição crescente para o produto interno, enquanto que num passado ainda recente a nossa economia se calcava em relações do tipo colonial: exportação de matérias-primas e importação de manufaturados. Aparentemente, o grande esforço recente de incentivo à exportação é feito mais em nome das necessidades crescentes da importação para a industrialização e dos preços altos do petróleo do que por uma crise de superprodução para o mercado interno. De qualquer modo, parece-nos que o verdadeiro significado da evolução do comércio externo do País e de suas relações econômicas com o mundo em geral merecem análises profundas.

Observe-se que, independentemente da realidade ou não de um empobrecimento relativo crescente, justifica-se a valorização no plano da abordagem espacial de temas intra-urbanos ou intrametropolitanos, bem como das migrações. No entanto, há de se cuidar de que o planejamento urbano e regional não tenda em excesso para contemplar o consumo através de medidas no setor terciário, em detrimento dos chamados setores "produtivos" e que compreendem a expansão dos meios de produção.

Já apontamos que diversos estudos recentes mobilizam dados para mostrar o aumento da renda real monetária de todos os decis da população. Distribuindo a população por classes de rendimento familiar, o relatório citado do Banco Mundial mostra que nas classes mais baixas a participação relativa é muito menor nas cidades do que no campo. Ainda com base em dados do Censo, do ENDEF e do PNAD, o relatório mostra a ascensão positiva da maioria dos migrantes na cidade, afirmando que elas não só absorveram seu crescimento vegetativo como dos migrantes da área rural nos últimos 15 anos, sem o alargamento

desproporcional das categorias de mais baixa renda. A situação também é apontada como sendo melhor nas grandes cidades em face das pequenas e, nas pequenas, em face do mundo rural. Chamando de pobres as famílias com renda até 9.000 cruzeiros por ano, em 1974, sua distribuição é de 9% nas áreas metropolitanas, 25% no resto do estrato urbano e de 66% no quadro rural, ou seja, 11% das famílias metropolitanas são pobres, 23% das famílias das outras cidades são pobres e 55% das famílias rurais são pobres, enquanto no Brasil como um todo, 32% das famílias são pobres (isto é, no conceito de ganhar até 9.000 cruzeiros anuais ¹⁵).

Estudos anteriores, como os de Langoni, também apontam a melhor renda (monetária) no quadro urbano, por todos os decis de população.

Aliás, como poder-se-ia explicar o aumento visível da “classe média” no Brasil senão pela ascensão, em termos relativos, de populações das camadas mais baixas quanto a sua renda? Outras evidências indiretas, como os indicadores de anos de estudo, anos de vida e similares igualmente contribuem para pensar que o quadro urbano, no Brasil, ainda representa local de melhoria de condições de vida. Existem também os dados que se referem a alterações na composição do setor terciário, um setor urbano, onde vem diminuindo a participação relativa de subsetores menos bem remunerados, como o dos serviços pessoais, a favor de subsetores como o de profissões liberais, serviços sociais e outros, que representam etapas mais avançadas do desenvolvimento social ¹⁶.

No entanto, o que significa o aumento da renda real em termos monetários? Significa usar um deflator para que os rendimentos, em datas diferentes, sejam expressos em preços constantes, e verificar que estes rendimentos aumentaram. Contudo, pode ocorrer o seguinte: desde que os preços relativos dos produtos variam, se o preço daqueles produtos que mais pesam no orçamento das populações pobres cresceram mais, então as dificuldades destas populações podem crescer, mesmo com o aumento do valor dos rendimentos a preços constantes baseados num deflator único.

O relatório do Banco Mundial aborda também este aspecto. Por exemplo, relacionando-se os dados da Fundação Getúlio Vargas dos preços por atacado do produto agrícola, excluídas as culturas de exportação, aos preços por atacado de tecidos, sapatos e vestuário, temos o seguinte quadro:

Média de 1944 a 1950.....	77,9
Média de 1951 a 1959.....	93,9
1960.....	95,6
1964.....	96,1
1965.....	92,4
1966.....	103,3
1968.....	89,3
1969.....	102,8
1970.....	108,6
1973.....	119,8
1977.....	178,5

15 Banco Mundial, *op. cit.* p. 24.

16 Werner Baer e Pedro Pinchas Geiger — “Industrialização, Urbanização e a Persistência das Desigualdades Regionais no Brasil”. *Dimensões do Desenvolvimento Brasileiro*, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1978, p. 131.

O aumento do valor relativo dos produtos agrícolas deve estar ligado a produtividades mais baixas. Mas para quem mais se destinariam, neste quadro, os valores monetários mais elevados: para os agricultores ou para os comerciantes dos produtos agrícolas eventualmente residentes nas cidades? De qualquer forma, o encarecimento relativo do custo dos produtos alimentares pode significar uma piora das condições de vida dos estratos inferiores da população urbana, assim como o eventual encarecimento relativo de aluguéis. Mas é a diminuição relativa da dimensão destes estratos, como vimos, que poderá expressar o avanço geral para níveis mais altos de vida.

Mas há também quem aponte outras estatísticas negativas como o aumento da poluição, aumento recente de mortalidade em São Paulo, etc.

Sem dúvida, a questão da concentração da pobreza nas cidades continua aberta para muito debate.

Neste ponto queremos lembrar que num país como o Brasil a divisão entre o urbano e o rural, sem o desdobramento segundo as regiões, pode conduzir a compreensões imperfeitas da realidade. Deste modo, a questão onde se concentra a pobreza deve fazer referência ao quadro regional.

Veja-se, por exemplo, o caso da desigualdade da distribuição da renda. Seria maior no quadro urbano do que no quadro rural. Mas se tomarmos a região mais rural, como o chamado Nordeste oriental, veremos que seu Gini era de 0,57, enquanto que no Estado de São Paulo, o segundo em urbanização, era de 0,54. No Nordeste, 10% da população, no extremo superior, reunia 49% dos rendimentos, enquanto que 75% da população reunia apenas 32% da renda, sendo a região de maior concentração de renda¹⁷. Do mesmo modo, pode alguém argumentar que no Nordeste a acumulação relativa da pobreza é menor do que em São Paulo ou Rio de Janeiro, regiões mais urbanizadas? Pode alguém invocar preços relativos maiores no setor agrícola para minimizar a diferença das rendas monetárias entre o Nordeste e São Paulo e supor que a pobreza não seja maior no Nordeste?

Podemos concluir sugerindo que, num país como o nosso, seja considerada a existência de diversos padrões de pobreza em distintos quadros regionais, e que podem exigir uma política de intervenção diferenciada. Por outro lado, o estudo da desigualdade da distribuição da renda e da pobreza pede também a análise dos aspectos pertinentes às relações entre as diversas regiões, particularmente o dos fluxos de capital entre as regiões.

2 — O FLUXO INTERESTADUAL DE VAZAMENTO DE RENDA

2.1 — Considerações Gerais

Apresentando um quadro da situação atual geral do debate sobre o tema de desigualdade da distribuição da renda e da pobreza no Brasil, é nosso intuito contribuir para o conhecimento da Geografia brasileira, apresentando um aspecto ligado ao tema de fluxos inter-regionais

17 Carlos G. Langoni — *op. cit.* p. 159.

de estoques de capital. As regiões serão representadas pelos estados e trataremos de relacionar estes fluxos a características destes estados. Em outras palavras, trata-se de verificar como se ajusta este aspecto de infra-estrutura, fluxo de rendas, capaz de influir na desigualdade e na pobreza, à localização dos meios de produção e às relações de produção estabelecidas.

A produção se esforça em criar uma estrutura territorial adequada, considerando-se que uma dada estrutura territorial pode favorecer ou retardar a sua expansão. Quer dizer, na realidade, é de acordo com os objetivos dos detentores da produção que a estrutura territorial será mais ou menos adequada. No caso do Brasil, como de tantos outros países, os objetivos serão aqueles que interessam aos empresários ou ao capital, e aqueles definidos pelo governo, no seu papel de mediador entre os interesses das firmas e os interesses sociais.

Os fluxos de vazamento de renda expressariam tendências na estruturação territorial, uma vez que representem as ligações das localidades desta estrutura.

Por outro lado, ao relacionar os fluxos com características dos estados, daremos destaque à composição de sua renda funcional. Até agora os estudos da distribuição da renda enfatizaram o papel dos níveis de educação da população, como no caso de Langoni, ou a estrutura ocupacional¹⁸. Tomando-se a categoria ocupacional de rendimento médio mais alto, em 1970, nos "estados ricos" do País (profissionais, auxiliares e afins) e comparando-se com a categoria de rendimento mais baixo (ocupações do setor primário), verifica-se uma razão de 6,0 (860,00 cruzeiros/146,00 cruzeiros), nos "estados pobres" a razão é de 5,4 (527,00 cruzeiros/98,00 cruzeiros) e a categoria superior sendo constituída de administradores¹⁹. A nível de Brasil como um todo, a relação entre o rendimento médio de um empregador na agricultura e o parceiro era, em 1970, de 9,3; na indústria, entre empregador e empregado, de 5,8. Portanto, apenas estes números já indicam que a distribuição funcional continua merecendo atenção para os mecanismos da distribuição da renda.

Identificar fluxos financeiros entre os estados tem sido uma ambição de pesquisadores interessados nas dimensões espaciais do desenvolvimento, ambição que vem sendo frustrada pelas dificuldades técnicas de operacionalizar tais estudos. Não temos a pretensão de pensar ter encontrado uma solução para tão complexo problema, mas entendemos poder contribuir para este campo de estudo através de uma forma de manipulação de dados que pode fornecer, pelo menos, uma indicação sobre o sentido dos fluxos de renda nos estados brasileiros.

Ao aplicarmos o método²⁰ que será apresentado a seguir, e ao compararmos os resultados com as evidências conhecidas, o trabalho pareceu-nos conter bastante validade e interesse para que fosse divulgado: diante de nós desenhou-se um novo mapa regional do Brasil,

18 Veja a respeito Ramonaval Augusto Costa, *Distribuição da Renda Pessoal no Brasil 1970*, IBGE, Rio de Janeiro, 1972.

19 Ramonaval A. Costa, *op. cit.* p. 74 e 80.

20 O desenvolvimento e aplicação deste método contou com a colaboração de Helena A. Castello Branco, economista, Rodolpho Simas, analista, Ciléia Souza da Silva, assistente de geografia e Zélia Guedes, auxiliar de estatística, todos do IBGE. Agradecemos as informações prestadas a propósito por Ramonaval Augusto Costa.

uma nova forma de ver a regionalização brasileira. Há de se notar que o trabalho se refere a um determinado momento apenas, manipulando dados de um único ano.

Fundamentalmente o método consiste na comparação de dados de "renda", os que foram levantados pelo Censo Demográfico de 1970 e os que constam nas Contas Nacionais da Fundação Getulio Vargas, para o mesmo ano. Portanto, não teremos propriamente fluxos de capital, mas fluxos de renda, como uma certa *proxy* de fluxo de capital.

Os dados do Censo Demográfico referem-se a *rendimentos* declarados pelas pessoas físicas nos domicílios. Os rendimentos compreendem rendimentos fixos como salários, ordenados, vencimentos, etc., e rendimentos variáveis como honorários, comissões, pagamentos, etc., além de donativos, aluguéis, retiradas de negócios, diferenças entre preços de aquisição e de venda de bens, quantias auferidas pelo usufruto de bens e quantias recebidas periodicamente por seguros de renda vitalícia.

Quanto aos dados das Contas Nacionais da Fundação Getulio Vargas, vamos lidar com os da Estimativa da Renda Interna, por unidade da Federação para o ano de 1970. A renda interna, ou o produto interno líquido a custos dos fatores é um elemento da conta da produção.

A renda interna por unidade da Federação se refere, portanto, à conta da produção de um estado, podendo contemplar fatores localizados em outros estados e países. Já os dados do rendimento, obtidos a partir dos domicílios, são auferidos pelos residentes dos respectivos estados.

Considere-se que, a nível nacional, o produto interno bruto pode ser contabilizado tanto pela produção como pela apropriação ou pela despesa. Ou seja, obtemos o mesmo PNB quer trabalhando com dados do valor adicionado segundo ramos de atividade quer através dos cálculos dos rendimentos pagos a fatores de produção quer através das destinações das despesas²¹. Por estes cálculos, o total do *produto interno líquido* se iguala a *renda interna*.

Caso os rendimentos levantados pelo IBGE para o Brasil correspondessem ao total da renda do País, a diferença entre os rendimentos pagos em determinado estado e o produto interno líquido deste mesmo estado, obtido pela conta da produção, seria equivalente a fluxo de renda.

Naturalmente não seria possível estabelecer a origem-destino de fluxos, apenas o balanço de cada estado; balanço com o Brasil e com o mundo, uma vez que o produto interno líquido (a custo de fatores) "engloba o valor adicionado pelos fatores produtivos da economia antes da dedução dos rendimentos enviados para o exterior e da adição dos rendimentos recebidos do exterior"²².

É fácil verificar, no entanto, que mesmo deduzindo a parte da renda líquida enviada ao exterior, ou seja, ficando-se com a renda nacional do País, não haverá correspondência entre esta e o total nacional dos rendimentos pelo IBGE. Nem poderia haver, desde que não foram computados nestes rendimentos os lucros retidos, ou não tivessem sido deduzidos impostos pagos pelas unidades familiares. Os

21 Instituto Brasileiro de Economia. Contas Nacionais do Brasil, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 1972.

22 Instituto Brasileiro de Economia, *op. cit.* p. 10..

dados censitários de rendimento certamente se aproximam mais do conceito de *renda pessoal disponível*²³.

Os dados da Fundação Getúlio Vargas fornecem 167,2 bilhões de cruzeiros para o produto interno líquido de 1970 e 139,0 bilhões para o consumo pessoal; os dados dos rendimentos censitários atingem 103,4 bilhões. Chama a atenção a enorme diferença entre os dados de rendimento e os dados do produto e do consumo pessoal. É difícil aceitar tal montante para lucros retidos ou impostos diretos. Tudo indica que os informantes não declararam todos os seus rendimentos.

Aparentemente, não seria possível qualquer conclusão de comparações entre estas duas fontes de dados. Objeções metodológicas incluem fatos como: 1) diferença entre a renda e o rendimento de uma unidade da Federação, descontando-se as transferências estimadas poderiam aparecer como “erro” e este “erro” pode ser maior que a variável estimada; 2) o desconhecimento quanto a se os rendimentos incluem renda de brasileiros gerados no exterior, embora seu peso deva ser pequeno; 3) o comportamento das classes mais altas de renda de omitirem, certamente, rendas de capital, etc.

Contudo, imaginamos alguns procedimentos, manipulando os rendimentos e o produto interno líquido, capazes de enriquecer o nosso conhecimento a respeito das diferenças regionais/estaduais. Naturalmente, partimos do pressuposto de que se há omissões na declaração dos rendimentos estes se encontram distribuídos pelo País segundo certa lógica e que seria a seguinte: nos estados mais desenvolvidos as omissões seriam maiores.

Os resultados obtidos, comparados com evidências empíricas animam apresentar os resultados.

2.2 — O método

a) O rendimento

Analisemos em primeiro lugar o significado dos dados de rendimento apresentados pelo IBGE e calculados no quesito 20 do questionário do Censo Demográfico, “Rendimento Médio Mensal”. Aparentemente estes dados deveriam refletir a renda pessoal, reunindo salários, outras rendas do trabalho, rendas da propriedade, dividendos, etc. No entanto, uma série de dúvidas se apresentam sobre o procedimento dos informantes e que tanto pode repercutir no sentido de inflar os quantitativos como de diminuí-los.

— Não está claro se o rendimento declarado refere-se ao bruto ou líquido.

— Podemos imaginar uma tendência geral a declarar valores inferiores aos auferidos, inclusive por esquecimento de recebimentos²⁴.

Além disso, há outros problemas:

— não sabemos o número de salários realmente recebidos, ocorrência de venda de férias por parte do assalariado, etc.;

23 Idem. p. 16.

24 Tudo indica a subestimação de rendimentos nas classes mais altas da população através de omissões nos rendimentos do capital. Isto explicaria, em parte, a relação mais alta entre a renda e o rendimento nos Estados mais ricos.

— no caso de rendimentos variáveis, o censo solicita que seja fornecido como renda mensal a média dos últimos 12 meses. Considerando que o censo se realiza em setembro, estarão incluídos no cálculo valores do ano anterior, certamente mais baixos, tendendo a declinar a média. Já o censo econômico incorpora os últimos meses de 1970;

— certamente as informações de rendimentos se referem a percepções monetárias, não estando incluído o autoconsumo, ou pagamentos em espécie, o que também incidiria numa tendência declinante do total dos rendimentos, em face dos dados fundados em medidas baseadas na produção física²⁵;

— a inclusão da diferença entre o preço de compra e o preço de venda de produtos usados, fabricados em anos anteriores, no cálculo dos rendimentos traz consigo questões conceituais para a comparação com a renda,

— há uma quantidade de informantes sem declaração dos rendimentos.

Avaliando todos estes fatores acima apontados, a impressão que nos fica é de que constituem a razão dos dados dos rendimentos se situarem finalmente tão abaixo do nível da renda pessoal. Por outro lado, vimos que esta renda pessoal não pode ser confundida com a renda interna, uma vez que esta última engloba:

- os dados de remessa de lucros para fora do País;
- os lucros retidos nas empresas e não distribuídos às pessoas;
- o autoconsumo de subsistência;
- os ajustamentos de estoques.

Para estimar os rendimentos distribuídos em 1970 é necessário multiplicar os rendimentos médios mensais pelos meses do ano. Para tanto, multiplicamos os rendimentos de empregados e empregadores do setor privado por 13, considerando o 13.º salário dos empregados e as retiradas correspondentes dos empregadores. Os rendimentos dos demais grupos sociais foram multiplicados por 12. Deste modo, na tabela 1 podem ser lidos os rendimentos anuais, segundo as unidades da Federação.

²⁵ A renda não monetária foi considerada em 19% no Rio de Janeiro e em 30% no NE, pelo Banco Mundial. No entanto, se a diferença entre censo e contas nacionais residisse fundamentalmente na renda não monetária, então as relações renda/rendimento seriam maiores nas regiões mais pobres ou agrícolas, caso não houvesse fluxo de capitais. Do mesmo modo, seria maior no setor agrícola. No entanto, observando-se a relação renda/rendimento por atividade, verifica-se que ela está em torno de 1 para o Brasil (renda de 17.127 milhões e rendimento estimado em 17.013 milhões) neste setor. Talvez haja superestimação dos rendimentos monetários na agricultura, pelo menos nos estados mais pobres, uma vez que os rendimentos médios mensais declarados foram multiplicados por 12 para se compor o rendimento anual, quando seria necessário considerar o número de meses trabalhados. Realmente, a relação renda/rendimento é maior do que 1 nos estados ricos e menor mesmo nos estados pobres. Mas, por outro lado, podemos supor que os agricultores recebem rendas monetárias provenientes de ocupações secundárias exercidas fora da agricultura. Considere-se também que nos rendimentos do setor primário estão incluídas as pessoas atuando no estrativismo vegetal.

b) *O Produto ou Renda*

A publicação mencionada na Fundação Getúlio Vargas, *Contas Nacionais do Brasil*, descreve minuciosamente os procedimentos para estabelecer a nossa contabilidade social. Por outro lado, aquela instituição publicou, em 1977, uma atualização das contas nacionais²⁶ onde figuram tabelas de estimativa da renda interna, segundo ramos de atividades e por unidade da Federação para os anos de 1949, 1959 e 1970. Atente-se que, no que diz respeito à renda interna, “as estimativas referentes ao setor urbano, que são obtidas, na maioria das vezes, pela ótica da renda e, em alguns casos, pela ótica do produto, diferem das estimativas do setor agrícola, tomadas somente pela ótica do produto...”. O consumo intermediário da agricultura só é estimado, até o momento, a nível do País como um todo.

A tabela 1 contém os dados da estimativa de renda interna dos estados da Federação em 1970, ao lado dos dados dos rendimentos para

TABELA 1

Dados para Indicar Tendências do Balanço de Vazamento de Renda Segundo as Unidades da Federação

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	RENDA INTERNA EM MILHÕES	RENDIMENTOS EM MILHÕES	$\frac{a}{b}$ (Y)	RENDA PER CAPITA (X)	$y = a + bx$	RENDIMENTO ESPERADO EM MILHÕES	$b - f$	SALDO NA BALANÇA COMERCIAL EM MILHÕES (h)
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)
Acre.....	208,6	144,0	1,45	0,97	1,38	152,3	- 8,3	- 5,1
Amazonas.....	1.057,3	676,3	1,56	1,11	1,40	755,2	- 78,9	-2.552,6
Rondônia.....	160,8	118,9	1,35	1,45	1,45	110,9	8,0	+ 4,6
Roraima.....	45,0	38,8	1,16	1,10	1,40	32,1	6,7	- 9,5
Pará.....	1.638,6	1.460,1	1,12	0,76	1,33	1.232,0	228,1	- 157,2
Amapá.....	168,8	94,4	1,79	1,48	1,50	112,5	- 18,1	16,5
Maranhão.....	1.297,2	1.292,6	1,00	0,43	1,23	1.054,6	238,0	- 144,1
Piauí.....	578,5	553,0	1,05	0,34	1,19	486,1	66,9	- 58,2
Ceará.....	2.304,8	1.840,5	1,25	0,53	1,26	1.829,2	11,3	- 580,0
Rio Grande do Norte..	873,0	673,1	1,30	0,56	1,28	682,0	- 8,9	- 139,6
Paraíba.....	1.160,3	885,8	1,31	0,49	1,25	928,4	- 42,4	- 158,1
Pernambuco.....	4.648,0	3.253,3	1,43	0,90	1,36	3.417,6	-164,3	-4.389,1
Alagoas.....	1.032,8	773,1	1,34	0,65	1,30	794,5	- 21,4	- 3,8
Sergipe.....	673,4	449,7	1,50	0,75	1,33	506,3	- 56,6	- 74,8
Bahia.....	5.835,1	4.266,6	1,37	0,78	1,34	4.354,5	- 87,9	- 79,0
Minas Gerais.....	12.814,5	9.430,5	1,36	1,12	1,40	9.153,2	+277,3	- 695,9
Espírito Santo.....	1.718,4	1.164,1	1,48	1,08	1,39	1.236,3	- 72,2	489,5
Rio de Janeiro.....	25.542,4	19.917,5	1,28	2,95	1,57	16.269,0	3.648,5	-1.931,2
São Paulo.....	60.163,4	36.754,1	1,64	3,39	1,60	37.602,1	-848,0	4.153,8
Paraná.....	8.391,5	6.044,0	1,39	1,21	1,41	5.951,4	92,6	1.594,1
Santa Catarina.....	4.212,7	2.522,5	1,67	1,45	1,50	2.808,5	-286,0	262,2
Rio Grande do Sul....	13.643,6	8.299,9	1,64	2,05	1,51	9.035,5	-735,6	508,8
Mato Grosso.....	1.705,5	1.175,4	1,45	1,08	1,39	1.227,0	- 51,6	- 200,9
Goiás.....	2.413,2	1.920,5	1,26	0,82	1,34	1.800,9	119,6	- 410,6
Distrito Federal.....	1.399,4	1.116,1	1,25	2,61	1,55	902,8	222,3	- 491,8
BRASIL.....	167.288,4	103.399,2	1,62	1,80		102.434,9		

FORNTE: Os dados de renda são obtidos das Contas Nacionais da FGV e os dados dos rendimentos e da população do Censo Demográfico do IBGE, todos para o ano de 1970. Para o saldo na balança comercial foram utilizados dados do Comércio Interestadual por Vias Internas de 1996 e do Comércio Exterior, do mesmo ano.

26 Centro de Contas Nacionais. Instituto Brasileiro de Economia — “Contas Nacionais”, *Conjuntura Econômica*, vol. 31 n.º 37 julho de 1977, Fundação Getúlio Vargas, 1977, Rio de Janeiro, pp. 90-102.

o mesmo ano. Foram feitas pequenas alterações que se referem a alocação de dados da renda da indústria extrativa do petróleo a estados brasileiros, notadamente Bahia.

c) *A Relação Renda X Rendimento*

Já verificamos uma série de razões que fazem com que a nível nacional rendimentos e renda não se podem igualar. A relação da renda interna e produto interno para os rendimentos é de 1,62 tomando-se o conjunto do País²⁷.

No entanto, a tabela 1 indica uma variação desta relação através das diversas unidades da Federação, de 1,0 para o Maranhão até 1,79 em Amapá. Evidentemente que esta variação poderia ser atribuída em parte a falhas no levantamento das informações, mas como estamos supondo que este tipo de erro esteja bem distribuído pelo Brasil, qual a razão desta variação?

Se o país fosse uma unidade geográfica homogênea, em termos de nível econômico e de comportamentos da população, poderíamos imaginar que estas diferenças refletissem fluxos da renda. Imaginamos, por exemplo, um país onde a diferença entre a renda e o rendimento fosse entre 155 bilhões e 124 bilhões, ou seja, de 31 bilhões: a relação 155/124 é igual a 1,25, ou seja, os 31 bilhões são 25% do rendimento de 124 bilhões. Num estado A, onde o produto fosse de 100 bilhões, o rendimento esperado seria de 80, a diferença de 20 representando também 25%; num estado B, de produto igual a 5 bilhões, o rendimento esperado seria 4 bilhões e num estado C, de produto igual a 50 bilhões o rendimento esperado seria igual a 40 bilhões. No caso, porém, dos rendimentos efetivos se distribuírem como no quadro abaixo, haveria fluxos de renda.

ESTADOS	RENDA	RENDIMENTO ESPERADO	RENDIMENTO EFETIVO	FLUXOS
Estado A.....	100	80	92	12
Estado B.....	5	4	2	- 2
Estado C.....	50	40	30	-10
TOTAL.....	155	124	124	0

No entanto, como sabemos, o Brasil não é um país homogêneo e podemos imaginar que as diferenças na relação entre a renda e o rendimento não se associam apenas a fluxos de renda mas aos diversos níveis de desenvolvimento das unidades da Federação. Um estado mais desenvolvido teria uma tendência de apresentar relação mais elevada, uma vez que teria uma participação relativamente mais elevada em variáveis como retenção de lucros, renda líquida enviada para o exterior, formação de estoques além de subestimação maior de rendimentos,

27 No setor secundário a renda foi de 47.165 milhões, contra 24.564 milhões de rendimento, ou seja, uma relação de 1,92. Naturalmente, transferências em forma não monetária, como transporte, assistência alimentar e outras, são insuficientes para explicar esta distância. Há a considerar remuneração de fatores fora do setor industrial, mas o setor terciário teve uma renda de 100.000 milhões e um rendimento de 60.000 milhões, ou seja, uma relação de 1,6.

por omissões quanto a rendimentos de capital. Haveria, pois, uma tendência geral das relações se elevarem crescentemente de estados mais pobres para os estados mais ricos, caso não houvesse fluxo de renda.

Para estimar os fluxos de renda, corrigindo-se os efeitos do nível do desenvolvimento sobre a relação renda/rendimento, introduzimos, na análise, os dados da renda *per capita* dos estados. Estes dados representam a divisão da renda ou produto interno dos estados pela sua população.

d) *Análise*

A análise consistiu, pois, em plotar, inicialmente, num gráfico onde se cruzam 2 eixos, pontos que representam os estados do Brasil, e definidos, com referência ao eixo das abscissas, pela relação da renda ao rendimento e, com referência ao eixo das ordenadas, pela relação da renda com a população. Uma vez que não dispomos de nenhum fundamento teórico para estabelecer uma linha que vinculasse quantitativamente uma relação à outra, procuramos, em seguida, através de uma análise do dispersograma, definir uma linha em torno da qual a variação fosse a mais baixa.

Resultou uma linha definida por $Y' = 0,121 + 0,181 x$, onde x é o logaritmo neperiano da relação renda/população ($x = \log_e X$) e y é a observação da relação renda/rendimento (fig. 1).

Os pontos locados acima da linha representam os estados cujo rendimento é abaixo do esperado ou que, portanto, favorecem mais fatores localizados fora do estado. Seu balanço de fluxo de renda é negativo. Os pontos localizados abaixo da linha reúne os estados cujo rendimento se situa acima do esperado de acordo com o seu índice de produtividade, ou seja, possuem um fluxo positivo.

A coluna (e) da tabela 1 apresenta a relação esperada entre renda e rendimento, de acordo com a equação da reta em causa, e a coluna (f) o rendimento esperado em milhões, mantendo-se fixa a renda (coluna (a)). Subtraindo-se o rendimento esperado do rendimento observado, obtem-se uma estimativa da quantificação destes balanços de fluxos.

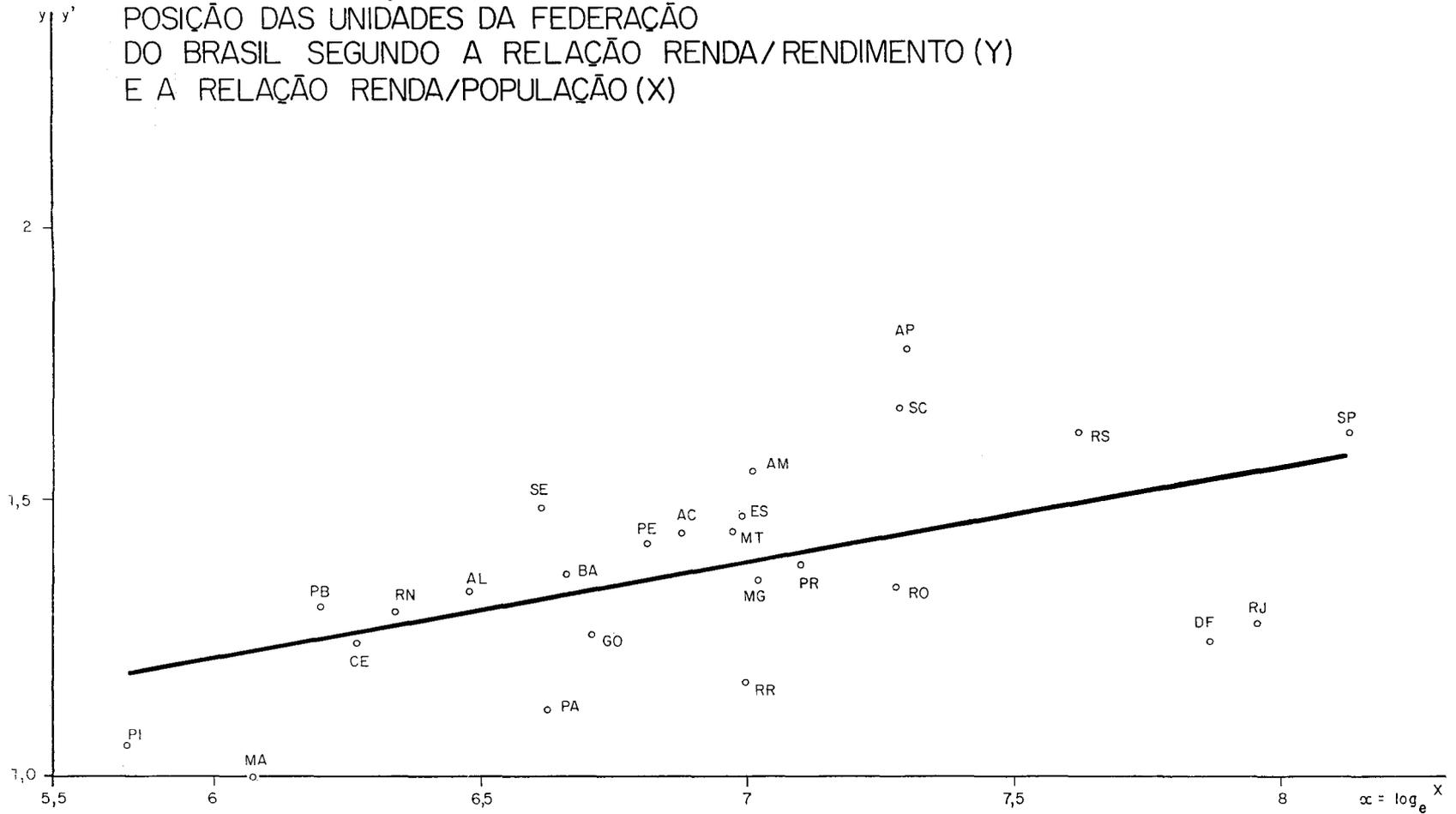
Observa-se que há uma diferença entre o somatório da coluna referente aos rendimentos observados (b) e a coluna dos rendimentos esperados (f). Embora esta diferença seja da casa de 960 milhões de cruzeiros, no entanto trata-se de erro menor de 1% em relação ao total de rendimentos, na casa dos 103 a 104 bilhões de cruzeiros, e deve-se à manipulação de números arredondados nas diversas operações matemáticas.

Em seguida, a análise procurou comparar estes resultados com um estimado balanço comercial entre os estados brasileiros (coluna h). Partindo de uma idéia de John Williamson²⁸, foi analisado o comércio por vias internas das unidades da Federação. Com base em dados de 1969²⁹, estabeleceu-se a diferença entre destino e origem do valor dos produtos agregados, por unidades da Federação, fixando-se os *superavits* e os *deficits*; a seguir, utilizando-se dados do comércio

28 John Williamson — "A Note on the Estimation of Interregional Resource Transfers" — Mimeografado, 1977.

29 Participou nesta análise o geógrafo Arlindo Melo Nascimento

POSICÃO DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO DO BRASIL SEGUNDO A RELAÇÃO RENDA/RENDIMENTO (Y) E A RELAÇÃO RENDA/POPULAÇÃO (X)



$$y' = 0,121 + 0,181 x$$

exterior por unidade da Federação ³⁰ realizou-se o balanço deste comércio em cruzeiros. Este resultado, finalmente, foi contabilizado com os balanços do comércio interno, para a estimativa de um balanço comercial aproximado dos estados.

2.3 — Os resultados empíricos

2.3.1 — UNIDADES DA FEDERAÇÃO QUE APRESENTAM SALDO NEGATIVO NO FLUXO DE RENDA

2.3.1.1 — Com balanço comercial positivo

a) *O Estado de São Paulo.* O Estado de São Paulo apresenta um rendimento pouco abaixo do esperado. Isto é, tendo em vista a produtividade e o nível da renda, esperar-se-ia rendimentos mais elevados comparativamente à média brasileira. Portanto, a produção paulista, além de proporcionar os padrões regionais mais altos do País, quanto a nível de vida, ainda estaria servindo a aplicações em outras unidades da Federação: há um fluxo estimado em cerca de 850 milhões de cruzeiros, em 1970, a partir de São Paulo. No entanto, este quadro compreende também um saldo positivo no balanço comercial de cerca de 4.153 bilhões de cruzeiros. São Paulo atua, portanto, como um núcleo investidor na periferia para abrir mercados e ter o retorno através do consumo dos bens que exporta.

A matriz do comércio por vias internas mostra que São Paulo dispõe de saldos positivos em produtos químicos, farmacêuticos, maquinarias e veículos, seus pertences e acessórios, nas manufaturas em geral; os saldos negativos são em animais vivos, matérias-primas em bruto e preparadas, gêneros alimentícios e bebidas e ouro, moedas e transações especiais.

Isto é, mesmo que a evolução dos preços relativos esteja favorecendo os produtos das regiões fornecedoras de São Paulo, no entanto a massa de produtos industriais produzidos e consumidos cresce tanto em termos absolutos, ocupando proporcionalmente maior espaço na produção e consumo total, que o *superavit* favorece a São Paulo.

Paralelamente a este fluxo de renda * para fora do Estado estaria ocorrendo ligeira descentralização recente na atividade industrial: o trabalho do Departamento de Estatísticas Derivadas do IBGE ³¹ mostra ligeira queda na participação do estado no produto industrial entre 1970 e 1974.

Os quadros mostram alguns aspectos funcionais do estado mais desenvolvido do País:

— 29,3% da PEA é constituída de empregados na indústria que recebem 28,8% do total dos rendimentos. Os empregados do governo

30 Trata-se de dados do Anuário de Comércio de Exportação da CACEX para 1969. Verificou-se o comércio segundo os portos e os aeroportos e vinculou-se os dados aos estados de localização destes portos e aeroportos.

* Não podemos considerar o fluxo de renda como fluxo de capital. Entre outras razões, porque transferência de maquinaria pode representar um fluxo de capital sem que esteja sendo detectado pelos cálculos realizados.

31 Jorge Kornis, José Carlos Rocha Miranda e Eduardo Ribeiro Coutinho, "Considerações sobre a Estrutura Industrial do Rio de Janeiro", inédito — 1978.

SÃO PAULO — 1970

Participação da Renda e de Rendimentos por Setores de Atividades

SETORES DE ATIVIDADES	% DA RENDA (a)	% DOS RENDIMENTOS DA PEA (b)	% DO TOTAL DE RENDIMENTOS (c)	RENDIMENTO MÉDIO (d)
Agricultura e extrativismo.....	5,0	8,6	7,9	203,4 cruzs.
Indústria.....	44,2	35,8	32,9	458,2 cruzs.
Administração pública.....	6,3	6,5	5,9	648,3 cruzs.
Outros.....	44,5	49,1	53,3	
TOTAL.....	100,0	100,0	100,0	

FONTES: Fundação Getúlio Vargas — Contas Nacionais e IBGE — Censo Demográfico de 1970.

SÃO PAULO — 1970

Participação dos Setores de Atividades e da Posição na Ocupação no Total da PEA e dos Rendimentos

SETORES DE ATIVIDADES	EMPREGADORES			EMPREGADOS			CONTA PRÓPRIA			PARCEIRO		
	% da PEA	% dos Rendimentos na PEA	Rendimento Médio em Cr\$	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)
	(a)	(b)	(c)									
Agricultura (1).....	0,5	1,8	1.448,2	10,7	3,5	138,5	4,3	2,4	237,4	2,3	0,8	151,2
Indústria(1).....	0,8	4,0	2.179,9	29,3	28,8	416,2	2,3	2,4	411,6			
Administração pública(1).....				4,2	6,2	659,7						
Governo(2).....				9,5	13,9	619,7						

FONTE: IBGE — Censo Demográfico de 1970.

(1) Considera-se apenas o setor privado.

(2) Governo significa aqui a reunião de diversas atividades, mas cujos componentes da PEA são empregados públicos. Em geral, o setor de atividades sociais, além do setor da administração pública, reúne grande número de empregados do governo.

participam no rendimento proporcionalmente mais do que na PEA. Empregados do governo e da indústria somam aproximadamente 38% e seus rendimentos 42,0%. O rendimento médio do empregado do governo é superior ao empregado industrial em 50% apenas, enquanto no Maranhão, por exemplo, é cerca de 100%;

— o restante do rendimento mostra a concentração entre os empregadores e a participação menor, relativamente, das outras categorias. Empregadores na indústria e agricultura, por exemplo, são 1,3%, mas reúnem 5,8% dos rendimentos, enquanto 10,7% das pessoas, que constituem empregados na agricultura, só recebem 3,5% do rendimento;

— o rendimento médio de empregado na indústria em São Paulo é 3 vezes maior que o de empregado agrícola. O “conta própria” e o “parceiro” ganham mais que o empregado, mas seu número é menor. Somados fazem 6,5 da PEA. No Maranhão, por exemplo, o empregado na indústria só ganha 2 vezes mais que na agricultura,

— no entanto, enquanto que no setor industrial o rendimento médio do empregador é 5 vezes maior que o do empregado, na agricultura é 10 vezes. O rendimento médio do empregador agrícola é 70% do rendimento médio do empregador industrial e mais de 3 vezes o do empregado industrial. No Maranhão, estado pobre, é menos de 40% do rendimento do empregador industrial e não chega a ser 2 vezes o rendimento do empregado industrial. Em São Paulo um empregado industrial ganha quase 3 vezes mais que um empregado agrícola, enquanto que no Maranhão apenas 2 vezes;

— finalmente, as relações renda-rendimento são de 1,14 na agricultura, 2,27 na indústria e 0,9 no setor governo.

b) *A região subtropical.* Neste caso trata-se dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a região X das Tabulações Avançadas do Censo de 1970. Estas unidades relativamente prósperas, onde a população rural teve nas décadas recentes aumento dos rendimentos reais e cuja urbanização repercute em importação de manufaturados, também apresentam saldos positivos no comércio de mercadorias; no entanto, enquanto que no estado mais industrializado de São Paulo este saldo é bem superior à estimativa da renda distribuída fora do estado, nos estados agrícolas do Sul dá-se o contrário.

No caso de Santa Catarina o saldo comercial se faz na base de exportações de matérias-primas, gêneros alimentícios e também manufaturados.

SANTA CATARINA — 1970

Participação da Renda e dos Rendimentos por Setores de Atividades

SETORES DE ATIVIDADE	(a)	(b)	(c)	(d)
Agricultura e Extrativismo.....	23,7	26,6	24,6	177,7 cruzeiros.
Indústria.....	29,6	27,1	25,0	275,9 cruzeiros.
Administração Pública.....	7,3	6,4	5,9	454,9 cruzeiros.
Outros.....	39,4	39,9	44,5	
TOTAL.....	100,0	100,0	100,0	

FONTES: Fundação Getúlio Vargas — Contas Nacionais, e IBGE — Censo Demográfico de 1970.

SANTA CATARINA — 1970

Participação dos Setores de Atividades e da Posição na Ocupação Total da PEA e dos Rendimentos

SETORES DE ATIVIDADES	EMPREGADORES			EMPREGADOS			CONTA PRÓPRIA			PARCEIROS		
	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)
Agricultura.....	0,6	1,3	580,0	5,4	2,6	125,7	29,4	21,4	183,4	2,5	1,3	126,9
Indústria.....	0,6	2,8	1.178,3	20,4	20,4	250,0	2,3	2,3	256,3			
Administração Pública.....				3,5	6,3	458,6						
Governo.....				10,8	15,8	370,9						

FONTE: IBGE — Censo Demográfico de 1970.

Verifica-se que Santa Catarina apresenta um setor industrial importante, cuja renda supera a agrícola. No entanto, ao contrário de São Paulo, o peso da renda agrícola é muito elevado, o grosso da PEA do estado sendo constituído de agricultores de conta própria. Resulta que o rendimento no setor terciário privado é muito limitado: somando o setor industrial privado (25,8%), o setor agrícola (26,6%) e o setor governo (15,8%), temos 68,2%, sobram cerca de 32% para o setor terciário privado.

Até que ponto há relação entre a evasão de capitais e a falta de um setor terciário amplo (que inclui o setor financeiro)? Rio de Janeiro e Brasília, áreas de entrada de capitais, são grandes centros terciários, de governo e privados.

O rendimento médio na indústria de Santa Catarina é baixo quando comparado ao do Rio, São Paulo, Paraná ou Minas Gerais, por exemplo.

A relação renda por rendimento é 1,79 na agricultura, 2,03 na indústria e 0,93 no setor governo.

No caso do Rio Grande do Sul o *superavit* comercial se fundamenta na exportação agrícola, incluídos animais vivos.

RIO GRANDE DO SUL — 1970

Participação da Renda e dos Rendimentos por Setores de Atividades

SETORES DE ATIVIDADES	(a)	(b)	(c)	(d)
Agricultura e Extrativismo.....	21,6	24,9	22,3	215,7 cruzeiros.
Indústria.....	21,5	21,0	18,9	319,5 cruzeiros.
Administração Pública.....	9,0	8,8	7,9	514,8 cruzeiros.
Outros.....	47,9	45,3	50,9	
TOTAL.....	100,0	100,0	100,0	

FONTE: Fundação Getúlio Vargas — Contas Nacionais e IBGE — Censo Demográfico de 1970.

RIO GRANDE DO SUL — 1970

Participação dos Setores de Atividades e da Posição na Ocupação Total da PEA e dos Rendimentos

SETORES DE ATIVIDADES	EMPREGADORES			EMPREGADOS			CONTA PRÓPRIA			PARCEIRO		
	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)
Agricultura.....	1,2	5,0	1.262,8	7,6	3,2	128,9	22,8	15,1	203,7	3,7	1,5	123,0
Indústria.....	0,5	2,2	1.448,2	16,2	14,9	282,4	2,2	2,2	308,0	1,3	1,7	398,6
Administração Pública.....				5,2	8,7	518,0						
Governo.....				13,3	19,3	443,5						

FONTE: IBGE — Censo Demográfico de 1970.

No Rio Grande do Sul a relação renda para rendimento é muito alta na agricultura, 1,75, bastante próxima da taxa na indústria, 1,90, sendo 0,94 no setor governo. Observe-se que o rendimento médio da agricultura mais elevado é o do Rio Grande do Sul, e como em São Paulo, o empregador tem rendimento médio 10 vezes maior que o empregado. No entanto, o Rio Grande do Sul é relativamente menos industrializado que Santa Catarina e seu balanço de renda mostra um *deficit* relativamente maior. Este *deficit* pode também estar ligado a uma agricultura mais técnica que remunera fatores fora do estado. Seu setor terciário privado, embora maior que em Santa Catarina, apresenta apenas 36,5% dos rendimentos, enquanto em São Paulo é de 42,4%.

c) *Exportadores de minérios.* Participam o Espírito Santo e o Amapá.

— No caso do Espírito Santo o saldo negativo nos rendimentos é bem inferior ao balanço comercial favorável através das exportações: 72 e 489 milhões, respectivamente.

— No caso do Amapá, uma parte do espaço-fronteira do País, mas cuja base econômica é um enclave montado sobre a exportação do manganês e da madeira, dá-se o contrário: respectivamente 18 e 16 milhões.

2.3.1.2 — Com balanço comercial negativo

a) *Estados agrícolas tradicionais do Nordeste.* Neste caso participam todas as unidades desde o Rio Grande do Norte até a Bahia.

— No Rio Grande do Norte, na Paraíba, em Pernambuco e em Sergipe observa-se que o saldo comercial negativo é maior do que a diferença entre rendimentos observados e esperados. Podemos supor que esta situação desfavorável da balança comercial contribua fortemente para o fluxo negativo da renda.

PERNAMBUCO — 1970

Participação de Renda e de Rendimentos por Setores de Atividades

SETORES DE ATIVIDADES	(a)	(b)	(c)	(d)
Agricultura e Extrativismo.....	12,0	22,5	20,6	88,0 cruzeiros.
Indústria.....	20,7	20,1	18,5	250,2 cruzeiros.
Administração Pública.....	14,8	11,7	10,7	469,1 cruzeiros.
Outros.....	52,5	45,7	50,2	
TOTAL.....	100,0	100,0	100,0	

FONTES: Fundação Getúlio Vargas — Contas Nacionais e IBGE — Censo Demográfico de 1970

PERNAMBUCO — 1970

Participação dos Setores de Atividades e da Posição na Ocupação no Total da PEA e dos Rendimentos

SETORES DE ATIVIDADES	EMPREGADORES			EMPREGADOS			CONTA PRÓPRIA			PARCEIRO		
	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)
Agricultura.....	0,3	1,3	742,8	19,7	8,8	81,8	24,9	11,6	85,3	2,0	0,7	71,0
Indústria.....	0,2	1,9	2.019,3	11,9	14,8	227,9	1,8	1,8	179,9			
Administração Pública.....				4,5	11,6	472,3						
Governo.....				10,3	22,8	407,3						

FONTE: IBGE — Censo Demográfico de 1970

Para um estado nordestino na macrorregião mais rural do País a percentagem dos rendimentos obtidos através da agricultura é muito baixa. Também a renda do setor agrícola é relativamente baixa, a relação renda/rendimento sendo 0,85. A relação no setor industrial é 1,5 e no setor governo 1,04.

No entanto, mesmo a agricultura mostra grandes diferenças na renda funcional; o rendimento médio do empregador agrícola é cerca de 9 vezes o do empregado, cujo rendimento é superior ao do parceiro, ao contrário do que ocorre em São Paulo e no Sul.

Outra observação é de que a proporção de empregadores para empregados na indústria é bem menor em Pernambuco do que em São Paulo. Tal fato não se deve à dimensão maior dos estabelecimentos de Pernambuco, mas a maior participação de empresas de sede externa. O rendimento médio do empregador pernambucano é, no entanto, 10 vezes maior que o do empregado, enquanto em São Paulo é apenas 5 vezes. Chama também a atenção o fato de que num estado como Pernambuco, onde se supõe alguma importância para os pequenos

estabelecimentos e artesanatos, o número de pessoas na indústria, por conta própria, seja menor, relativamente, que em São Paulo ou Rondônia ou Maranhão.

Por outro lado, é enorme o setor governo, responsável por 23% dos rendimentos. Diante de um balanço comercial negativo e uma industrialização dirigida de fora, um grande setor governo não chega a compensar e o saldo de renda é negativo. O saldo comercial negativo de Pernambuco se deve ao predomínio da importação em quase todos os setores agrícolas e industriais. Apenas no setor de artigos manufaturados diversos há pequeno *superavit*; o maior *deficit* reside na importação de matérias-primas em bruto e preparadas.

— No caso de Alagoas e da Bahia o saldo comercial negativo é menor do que o saldo negativo de renda. É interessante observar que os saldos negativos são muito menores na Bahia do que em Pernambuco, seja em termos absolutos seja em termos relativos ao produto interno.

ALAGOAS — 1970

Participação de Renda e de Rendimentos por Setores de Atividades

SETORES DE ATIVIDADES	(a)	(b)	(c)	(d)
Agricultura e Extrativismo.....	23,1	38,5	36,3	92,9 cruzs.
Indústria.....	15,9	16,9	15,7	223,3 cruzs.
Administração Pública.....	10,7	8,4		389,8 cruzs.
Outros.....	50,3	36,2		
TOTAL.....	100,0	100,0	100,0	

FONTES: Fundação Getúlio Vargas — Contas Nacionais e IBGE — Censo Demográfico de 1970.

ALAGOAS — 1970

Participação dos Setores de Atividades e da Posição na Ocupação Total da PEA e dos Rendimentos

SETORES DE ATIVIDADES	EMPREGADORES			EMPREGADOS			CONTA PRÓPRIA			PARCEIROS		
	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)
Agricultura.....	0,9	3,6	586,1	30,0	17,3	84,6	28,3	16,9	87,7	2,2	1,0	66,8
Indústria.....	0,1	2,0	2.465,2	8,3	11,3	198,9	1,9	2,1	166,7			
Administração Pública.....				3,1	8,4	388,9						
Governo.....				7,8	18,4	347,5						

FONTE: IBGE — Censo Demográfico de 1970.

O Estado de Alagoas é menos industrializado e urbanizado que Pernambuco. Resulta que não existe saldo positivo comercial em nenhum setor industrial, mas também não há saldo negativo em setor de alimentos ou animais vivos. O balanço final, embora negativo, é bem pequeno, como é pequeno o balanço negativo no fluxo de renda. Também aqui o setor governo reúne grande massa de rendimentos que devem representar, em parte, transferências oriundas das áreas mais ricas do País.

O setor governo deve compensar também um setor terciário privado reduzido que corresponde a 27,7% do total dos rendimentos. O estado é essencialmente agrícola e a indústria calcada na transformação de produtos primários prevalece. O peso da economia açucareira se traduz no elevado número de empregados no setor agrícola, 30% da PEA; o empregador agrícola ganha, em média, 7 vezes mais que o empregado. A economia açucareira explica, certamente, também a relação de 12 entre o rendimento médio do empregador e do empregado na indústria, maior que em São Paulo, assim como a relação renda/rendimento na indústria de 1,2, quando em Pernambuco é 1,5. A relação é 0,84 na agricultura e 0,82 no setor governo.

b) *Unidades agrícolas da periferia distante.* Neste caso temos o Acre, o Amazonas e Mato Grosso.

— No caso do Acre os *deficits* são relativamente pequenos em relação ao montante da renda do estado, sendo maior o de fluxo de renda.

— No caso do Amazonas estes *deficits* representam percentagem elevada de renda, sendo maior o do balanço comercial.

— No caso de Mato Grosso o *deficit* comercial também é muito alto, equivalendo a mais de 10% da renda, sendo bem menor o de fluxos de renda.

2.3.2 — UNIDADES COM SUPERAVIT NO FLUXO DE RENDA

2.3.2.1 — Com superavit no balanço comercial

a) *Unidades com regiões-fronteira.* Neste caso temos o Paraná e o Território de Rondônia. Observa-se a diferença entre Rondônia e o Amapá. Este último é um enclave de grandes empresas voltadas para o minério e para a madeira. Já Rondônia é palco de expansão de povoamento com agricultores, uma frente de crescimento populacional. Podemos supor que esta situação do território, comportando abertura de frente pioneira, explique tanto o saldo em fluxo de renda como de balanço comercial.

Rondônia, por exemplo, é um exportador de matérias-primas, cujo valor supera a importação de manufaturados (em 1970), dado o caráter de área pioneira rural. Por outro lado, este caráter de região representa, igualmente, investimentos privados e públicos que asseguram a expansão da ocupação.

Mais uma vez se verifica a importância do setor governo que influencia balanço positivo de renda do território. Como em outros lugares, o rendimento médio do setor governo é o mais elevado.

RONDÔNIA — 1970

Participação da Renda e de Rendimentos por Setores de Atividades

SETORES DE ATIVIDADES	(a)	(b)	(c)	(d)
Agricultura e Extrativismo.....	20,3	33,4	32,5	209,9 cruzeiros.
Indústria.....	12,9	15,7	15,3	295,4 cruzeiros.
Administração Pública.....	9,9	13,6		399,8 cruzeiros.
Outros.....	56,9	37,3		
TOTAL.....	100,0	100,0		

FONTES: Fundação Getúlio Vargas — Contas Nacionais e IBGE — Censo Demográfico de 1970.

RONDÔNIA — 1970

Participação de Setores de Atividades e da Posição na Ocupação no Total da PEA e dos Rendimentos

SETORES DE ATIVIDADES	EMPREGADORES			EMPREGADOS			CONTA PRÓPRIA			PARCEIROS		
	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)
Agricultura.....	0,6	1,2	{ 767,5 ⁽¹⁾ 649,0	10,7	10,2	{ 191,6 ⁽¹⁾ 412,7	32,0	21,1	{ 203,8 ⁽¹⁾ 251,0	0,6	0,3	147,2
Indústria.....	0,3	2,6	2.553,9	8,0	7,7	344,8	4,1	4,4	372,0			
Administração Pública.....				9,8	13,6	461,9						
Governo.....				16,6	20,8	421,4						

FONTE: IBGE — Censo Demográfico de 1970.

(1) O número de cima se refere a agricultura e o de baixo ao extrativismo.

Chama a atenção o fato de que a participação dos setores “produtivos”, a agricultura e a indústria, no rendimento supera a participação na renda. O mesmo ocorre no setor governo. No Território de Rondônia haveria, pois, um setor terciário privado de rendimentos relativamente muito baixos. O grosso da PEA é formado de pessoal ocupado na agricultura e no extrativismo.

Verifica-se, se compararmos Rondônia com uma região agrícola tradicional, como o Maranhão, nível mais elevado de empregadores e rendimentos mais altos na agricultura do que no Nordeste em geral. Também a razão entre o rendimento médio de empregadores e empregados é mais baixa que nas regiões tradicionais. No setor primário o extrativismo tem importância grande.

A indústria, sobretudo de produtos agrícolas, mostra a relação renda/rendimento em torno de 1,0. Chama a atenção o rendimento médio extremamente elevado do empregado na indústria. A relação renda/rendimento é 0,8 no setor primário e 0,63 no setor governo.

O Paraná também apresentava, ainda em 1970, a oeste, amplas áreas com características de regiões pioneiras. Grande exportador de café, assim como de cereais e algodão, o Paraná tem um saldo no balanço comercial apenas inferior ao de São Paulo, valendo quase 20% da renda interna; mas o saldo em renda é mínimo, cerca de 1% da renda, aproximando-se do modelo do extremo sul do País.

A situação mais favorável do Paraná quanto aos fluxos de renda pode estar ligada ao fato de haver mais integração entre a agricultura, a indústria e o terciário envolvendo a população local. Esta é opinião de técnicos paranaenses que apontam, por exemplo, para o fato de que a maioria das indústrias do norte do Paraná pertencem a empresários regionais e não a investimentos vindos de fora. A conurbação de Londrina e o eixo urbano ao longo de rodovia ao norte do Paraná é fato único no mundo rural brasileiro, fora de São Paulo. Haveria, pois, maior retenção do produto agrícola no Paraná que em outros estados.

PARANÁ — 1970

Participação da Renda e de Rendimentos por Setores de Atividades

SETORES DE ATIVIDADES	(a)	(b)	(c)	(d)
Agricultura e Extrativismo.....	25,2	36,9	35,1	169,6 cruzeiros
Indústria.....	16,6	15,9	15,1	315,0 cruzeiros
Administração Pública.....	8,5	6,1	5,8	509,8 cruzeiros
Outros.....	49,7	41,1	44,0	
TOTAL.....	100,0	100,0	100,0	

FONTES: Fundação Getúlio Vargas — Contas Nacionais e IBGE — Censo Demográfico de 1970.

PARANÁ — 1970

Participação de Setores de Atividades e da Posição na Ocupação no Total da PEA e dos Rendimentos

SETORES DE ATIVIDADES	EMPREGADORES			EMPREGADOS			CONTA PRÓPRIA			PARCEIROS		
	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)
Agricultura.....	1,1	3,5	809,9	15,2	7,6	125,6	25,4	18,3	182,2	13,1	7,4	142,7
Indústria.....	0,4	2,2	1.476,1	9,9	10,5	267,3	1,8	2,2	316,0			
Administração Pública.....				2,8	5,8	515,9						
Governo.....				8,1	13,6	424,2						

FONTE: IBGE — Censo Demográfico de 1970.

A relação entre o rendimento médio da indústria e da agricultura no Paraná é 1,8, quando alcança 2,8 em Pernambuco, 2,4 em Alagoas e 2,2 em São Paulo. Principalmente entre os empregados verifica-se

que o rendimento médio na indústria não é tantas vezes superior ao da agricultura, como em outros estados. Isto também deve repercutir no balanço comercial. Nota-se a importância da categoria parceiros no Paraná que, inclusive, tem rendimento médio maior que o dos empregados.

A relação renda/rendimento é 1,05 na agricultura, 1,49 na indústria e 0,97 no setor governo.

2.3.2.2 — Com deficit no balanço comercial

a) *Grandes Centros Terciários.* Referimo-nos ao Rio de Janeiro e ao Distrito Federal. Trata-se, como se vê, da atual sede da capital da República e do estado que já sediou esta capital e que mantém elevado número de serviços vinculados diretamente ao poder federal.

— O saldo positivo do Rio de Janeiro em termos de fluxo de renda parece ser muito elevado, cerca de 15% de sua renda interna. Tal fato está certamente associado ao peso das atividades terciárias, uma vez que nestas atividades é freqüente o valor do produto se igualar simplesmente às remunerações pagas. Conseqüentemente, o nível dos rendimentos se aproxima mais do nível da renda. Pode haver, portanto, uma superestimação deste fluxo. No entanto, há a considerar também a localização de tantas empresas no Rio de Janeiro atuando em outros

RIO DE JANEIRO — 1970

Participação da Renda e de Rendimentos por Setores de Atividades

SETORES DE ATIVIDADES	(a)	(b)	(c)	(d)
Agricultura e Extrativismo.....	1,7	2,8	2,4	157,7 cruzeiros
Indústria.....	28,6	26,2	22,4	444,8 cruzeiros
Administração Pública.....	16,3	15,1	13,0	724,5 cruzeiros
Outros.....	53,4	55,9	62,2	
TOTAL.....	100,0	100,0	100,0	

FONTES: Fundação Getúlio Vargas — Contas Nacionais e IBGE — Censo Demográfico de 1970.

RIO DE JANEIRO — 1970

Participação de Setores de Atividades e da Posição na Ocupação no Total da PEA e dos Rendimentos

SETORES DE ATIVIDADES	EMPREGADORES			EMPREGADOS			CONTA PRÓPRIA			PARCEIROS		
	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)
Agricultura.....	0,2	0,6	909,1	4,4	1,2	124,9	2,2	0,8	171,9	1,1	0,2	98,8
Indústria.....	0,5	2,5	2.421,0	22,8	20,7	408,3	2,2	1,8	358,2			
Administração Pública.....				9,2	14,9	729,0						
Governo.....				18,9	27,1	646,4						

FONTE: IBGE — Censo Demográfico, de 1970.

estados, o peso do setor público não burocrático e a prestação de serviços para residentes em outros estados. Paralelamente, é muito elevado o saldo negativo da balança comercial, mas este é inferior ao saldo positivo de renda.

Como em São Paulo, no Rio de Janeiro os rendimentos do setor terciário ocupam alta percentagem, sendo maior que a do pessoal do terciário na PEA. Aqui o terciário privado reúne 45,1 dos rendimentos. Mas o que mais impressiona é a dimensão do setor governo, com 27,1% dos rendimentos para 18,9% da PEA. O número de empregadores na indústria é 0,5, o mesmo que no Rio Grande do Sul e inferior apenas a Santa Catarina (0,6) e São Paulo (0,8).

— Já no caso de Brasília, onde igualmente o fluxo positivo de renda é cerca de 15% da renda, o saldo negativo comercial é muito mais elevado. Atente-se para o fato de que, ao contrário do estado do Rio de Janeiro, segundo pólo industrial do País, o Distrito Federal se concentra completamente em atividades de serviço. Também em Brasília o setor governo se caracteriza por importantes atividades tecnocratas.

b) *Minas Gerais*. Os investimentos vinculados à industrialização deste estado, onde vem sendo implantados novos grandes estabelecimentos, e que se caracteriza pela importância do setor de bens inter-

MINAS GERAIS — 1970

Participação da Renda e de Rendimentos por Setores de Atividades

SETORES DE ATIVIDADES	(a)	(b)	(c)	(d)
Agricultura e Extrativismo.....	15,4	28,3	25,6	130,3 cruzeiros.
Indústria.....	25,6	21,1	19,0	281,6 cruzeiros.
Administração Pública.....	8,4	6,6	6,0	457,1 cruzeiros.
Outros.....	50,6	44,0	49,4	
TOTAL.....	100,0	100,0	100,0	

FONTES: Fundação Getúlio Vargas — Contas Nacionais e IBGE — Censo Demográfico de 1970.

MINAS GERAIS — 1970

Participação de Setores de Atividades e da Posição na Ocupação no Total da PEA e dos Rendimentos

SETORES DE ATIVIDADES	EMPREGADORES			EMPREGADOS			CONTA PRÓPRIA			PARCEIROS		
	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)
Agricultura.....	1,5	5,6	792,8	17,1	7,2	90,4	16,1	10,7	141,7	11,4	4,6	86,5
Indústria.....	0,3	2,2	1.647,8	12,7	15,5	259,9	2,1	2,2	221,1			
Administração Pública.....				3,0	6,5	458,8						
Governo.....				9,7	16,7	368,6						

FONTE: IBGE — Censo Demográfico de 1970.

mediários, deve influir no saldo positivo de renda. Mas o saldo comercial negativo é mais elevado: só no setor da maquinaria o *deficit* foi de 1,6 bilhão em 1960.

Minas Gerais é mais um estado onde a massa da PEA envolvida nas atividades produtivas, agricultura e indústria, é bastante elevada. Somando-se a estes o setor governo, resta um setor terciário privado relativamente reduzido. A concentração da renda na agricultura é muito alta: 1,5 de empregadores reúnem 5,6 dos rendimentos, enquanto 17,1 de empregados reúnem apenas 7,2 dos rendimentos. Os fluxos de renda para Minas Gerais se relacionam, como vimos, a investimentos em novas indústrias. A relação renda/rendimento na indústria é 1,79, superior a São Paulo, Santa Catarina ou Rio Grande do Sul. A relação é 0,87 na agricultura e 0,80 no governo.

c) *O Estado de Goiás.* No caso deste estado os investimentos realizados em relação à abertura de áreas novas, como os da Belém-Brasília, certamente influem para o saldo positivo no balanço de renda. Estado essencialmente agrícola, o balanço comercial é negativo.

GOIÁS — 1970

Participação da Renda e de Rendimentos por Setores de Atividades

SETORES DE ATIVIDADES	(a)	(b)	(c)	(d)
Agricultura e Extrativismo.....	28,0	43,5	41,9	155,0 cruzeiros.
Indústria.....	9,0	10,4	10,0	221,3 cruzeiros.
Administração Pública.....	8,6	8,2	7,9	506,7 cruzeiros.
Outros.....	54,4	37,9	40,2	
TOTAL.....	100,0	100,0	100,0	

FONTES: Fundação Getúlio Vargas — Contas Nacionais e IBGE — Censo Demográfico de 1970.

GOIÁS — 1970

Participação de Setores de Atividades e da Posição na Ocupação no Total da PEA e dos Rendimentos

SETORES DE ATIVIDADES	EMPREGADORES			EMPREGADOS			CONTA PRÓPRIA			PARCEIROS		
	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)
Agricultura.....	1,5	7,0	978,2	12,4	7,4	122,1	27,4	19,8	149,1	16,5	9,3	116,0
Indústria.....	0,1	0,9	1.495,9	5,6	5,4	199,0	3,3	3,3	205,6	0,4	0,7	350,4
Administração Pública.....				3,2	8,0	513,7						
Governo.....				7,7	14,0	374						

FONTE: IBGE — Censo Demográfico de 1970.

Como se vê, a diferença entre o rendimento médio na indústria e na agricultura não é muita, a relação sendo de 1,4. Maior é a relação entre os rendimentos médios do empregador industrial e o empregador agrícola, 1,5 e entre os empregados, 1,7. Quanto à relação entre o rendimento médio do empregador e do empregado é de 8 na agricultura e de 7,5 na indústria. Grande parte da indústria é agroindustrial e associado a este fato, certamente, a relação renda/rendimento é de 0,99 neste estado quanto à indústria. Isto é, os rendimentos estimados praticamente se igualam à renda estimada. A relação é 0,79 na agricultura e 0,75 no setor governo. Resulta que a estimativa é de ganho de renda para o estado, fundado na retenção de custo de fatores e novos investimentos; o balanço comercial mostra *deficit* porque os manufaturados e as matérias-primas importadas suplantam a exportação de animais vivos e produtos alimentícios. Observa-se que em Goiás há grande massa de parceiros, 16,5% da PEA, superior ao número de empregados na agricultura, mas de rendimento médio inferior.

d) *Unidades pobres da periferia.* Neste grupo encontramos os estados mais pobres do Brasil, como o Maranhão e o Piauí cujo produto *per capita* é muito baixo (430 e 340 cruzeiros). Nesta situação de baixo nível de produção a remuneração para fatores situados fora do estado deve ser insignificante e inferior aos investimentos vindos de fora e dirigidos pelo poder público, com a abertura de estradas, serviços de educação, saúde etc. Resulta um saldo de renda expressivo que supera o saldo negativo comercial.

MARANHÃO — 1970

Participação da Renda e de Rendimentos por Setores de Atividades

SETORES DE ATIVIDADES	(a)	(b)	(c)	(d)
Agricultura e Extrativismo.....	38,3	54,6	53,0	111,6 cruzeiros.
Indústria.....	8,2	9,2	8,9	205,0 cruzeiros.
Administração Pública.....	10,5	4,6	4,5	369,2 cruzeiros.
Outros.....	43,0	31,6	33,6	
TOTAL.....	100,0	100,0	100,0	

FONTES: Fundação Getúlio Vargas — Contas Nacionais e IBGE — Censo Demográfico de 1970.

MARANHÃO — 1970

Participação de Setores de Atividades e da Posição na Ocupação no Total da PEA e dos Rendimentos

SETORES DE ATIVIDADES	EMPREGADORES			EMPREGADOS			CONTA PRÓPRIA			PARCEIROS		
	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)
Agricultura.....	0,2	0,7	383,6	2,5	1,9	94,4	55,3	48,8	113,2	4,7	3,2	86,9
Indústria.....	0,1	0,8	1.147,8	2,5	4,0	196,6	2,7	3,4	162,2			
Administração Pública.....				1,6	4,6	372,4						
Governo.....				4,5	10,2	292,8						

FONTE: IBGE — Censo Demográfico de 1970.

Esta situação é válida para o Pará. Já no caso do Ceará o saldo de capital é mínimo, enquanto o saldo do negativo comercial equivale a 25% da renda do estado. Também no caso do Território de Roraima o *deficit* comercial é cerca de 25% da renda, maior que o saldo de renda, embora este seja relativamente expressivo, cerca de 15% da renda.

Dois aspectos ressaltam logo nos quadros do Maranhão: a falta de atividade empresarial e a exigüidade do setor terciário privado, 26% dos rendimentos (100 — (54,6 + 9,2 + 10,2)). A baixa produtividade se acompanha de baixos níveis de rendimentos. Observe-se o número de empregados no setor agrícola, em comparação com os conta-própria que forma mais da metade da PEA. Enquanto em São Paulo o empregador tem o rendimento médio 6 vezes ao do conta-própria, na agricultura, no Maranhão a razão é de apenas 3,5.

As relações de renda/rendimento sendo 0,64 na agricultura, 0,85 na indústria e 1,03 no setor do governo, o estado figura como importador de rendas. Tal fato parece ser apenas uma forma de sustentar um estado muito pobre, uma vez que contam as entradas via governo, sem alterar os fluxos desfavoráveis na balança comercial. Observe-se que o setor administração pública não é muito grande no Maranhão, vale dizer, a intervenção do governo se faz pelos setores sociais.

3 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é forçoso dizer que houve aumento recente da pobreza para justificar o tema desigualdade de renda. Para o progresso nacional a atual distribuição é insatisfatória.

Contudo, há quem se preocupe com a prioridade que a questão terá agora, a nível do planejamento oficial de curto prazo, diante do aguçamento da crise inflacionária e cambial. Aponta-se para o fato de que em tais situações, no passado, questões da eficiência, ligadas agora à exportação e balanço de pagamentos, tendiam a superar questões redistributivas.

No entanto, se se encara a questão redistributiva como de longo prazo e em oposição a objetivos de curto prazo, como se vislumbra o panorama econômico futuro? Há quem considere a crise do petróleo mais do que simples fase recessiva da economia capitalista mundial. É verdade que, de um lado, assiste-se, há algum tempo, as dificuldades de restabelecer um sistema monetário internacional, paralelamente à acentuação da competição entre as economias industriais nacionais. Mas, por outro lado, assiste-se à abertura dos mercados das economias de planejamento centralizado a investimentos oriundos de países capitalistas, paralelamente a um esforço das superpotências para apagar focos de luta armada no mundo.

Independente do melhor delineamento do panorama mundial futuro, a melhor distribuição da renda é sentida como necessária ao País. E as questões da pobreza se referem tanto a aspectos que pedem medidas imediatas como aqueles ligados a planejamento de longo prazo. Na realidade, não há razão para, em princípio, dissociar planejamento de curto prazo e de longo prazo; como também não há razão para desconsiderar a importância de se alcançar alvos imediatos, nas condições objetivas atuais, independente dos de longo prazo. Assim, por exemplo, é realmente possível montar uma política agrícola capaz de, a curto prazo, servir de suporte às exportações e ao mesmo tempo à

baixa relativa do custo da alimentação, e que ainda sirva de base para reestruturações a longo prazo.

Hoje ninguém mais pensa em auto-equilíbrio de sistema econômico e medidas de governo devem ser introduzidas no combate à pobreza. Governo é superestrutura e esta se impregna de todas as forças e idéias presentes.

Um ponto importante, levantado por Hamilton Tolosa e já citado, refere-se à necessidade de analisar quem realmente mais se beneficia com as externalidades que vão sendo criadas nas cidades, as populações de baixa renda ou justamente as outras? No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, a decisão tomada em 1974 pelo então Secretário de Transportes do Rio de Janeiro Josef Barat a favor do pré-metrô, para atender bairros de população de baixa renda, em detrimento da extensão da linha 1 do metrô, veio como reação às preferências iniciais que iriam servir a populações mais favorecidas.

No que diz respeito ao trabalho empírico aplicado, verificou-se a nível regional os indícios de fluxos de capital para regiões muito pobres, certamente através de transferências induzidas. No entanto, há sentido diverso quando se trata de expandir meios de produção pela expansão da agricultura, caso das "frentes pioneiras", ou promoção industrial, criando-se empregos "produtivos", ou quando se trata simplesmente de alargar infra-estrutura no setor terciário. Em outras palavras, é necessário distinguir políticas voltadas ou para ações assistenciais ou para o provimento de serviços e infra-estruturas sociais, daquelas voltadas para a ação direta pelo crescimento da produção, via promoção e localização de indústrias ou programas de expansão agrícola. Seria interessante comparar diversos resultados obtidos segundo uma e outra linha, confrontá-los e ver como se complementam. O mais desejável seria atender simultaneamente ao crescimento econômico e ao desenvolvimento de externalidades, evitando-se excesso no planejamento de setores de serviço e estímulos ao consumo, sem a contrapartida do aumento produção agrícola e industrial.

Ainda quanto aos resultados empíricos, lembre-se que o trabalho apresentado tem o significado de um ensaio. Na segunda seção tratou-se mais de uma apresentação do tema dos fluxos de renda, importante para o conhecimento dos processos de regionalização, do que uma quantificação precisa. Procura-se identificar uma silhueta, ou sombra, dos fluxos de capital e avaliar a conveniência de seu posterior desenvolvimento. Funda-se nas relações entre a renda e o rendimento das unidades da Federação, cuja variação se prestaria para uma estimativa aproximada dos fluxos de renda, mediante correções que tomassem em conta o grau de desenvolvimento das unidades geográficas. O confronto com evidências empíricas já conhecidas animaram-nos para apresentar este trabalho.

Os resultados geográficos³² mostram que nem sempre os estados mais pobres figuram como evasão de capital e os mais ricos como receptores.

32 Os resultados obtidos confirmam a justeza da definição das regiões geográficas de Tabulações Avançadas do Censo de 1970. Vimos, por exemplo, o agrupamento de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que constituíam a região IX; a individualidade do Paraná (Região VIII), de São Paulo (Região VII) e do Rio de Janeiro (Região VI). Vimos também a separação entre Região II (Maranhão, Piauí e Ceará) e os demais estados do Nordeste, onde se distingue o grupamento em torno de Pernambuco (Região III) e em torno da Bahia (Região IV).

O espaço mais rico comanda o Brasil, o Estado de São Paulo.

No gráfico que acompanha este trabalho (p. 495) verifica-se que, embora esta unidade apareça como exportadora de capital, no entanto está muito próxima da linha do equilíbrio. Isto é, embora São Paulo apareça como exportador de quase 1 bilhão de cruzeiros, este montante, no entanto, é muito pouco em relação a sua renda de cerca de 60 bilhões. Além disso o estado apresenta grande saldo comercial, relacionado à presença do pólo industrial metropolitano. Resulta que este espaço geográfico (o Estado de São Paulo) é extremamente marcado por uma área relativamente pequena, a *mancha* representativa da região metropolitana e suas extensões próximas.

Outros espaços geográficos também são fortemente marcados por *pontos* de seu território.

A expressão *punctual* caracteriza a alta concentração urbana do Rio de Janeiro, no estado de mesmo nome, assim como Brasília. Trata-se de centros cuja atividade terciária, seja governamental seja privada, atinge níveis muito elevados e, associado a este aspecto, as unidades da Federação que os contém aparecem como recebedores de capital. Este afluxo cobre os *deficits* comerciais destas unidades geográficas.

A expressão *punctual* também caracteriza o Espírito Santo e o Amapá, exportadores de minério, que apresentam naturalmente saldos comerciais, mas que não têm a ver com os empresários locais. Estas unidades aparecem como exportadoras de renda.

Outros espaços geográficos alcançam expressão *areal*, naturalmente, aqueles em que a economia agrária possui peso relativamente maior.

De modo geral, considera-se que há melhor distribuição de renda no campo do que na cidade. No entanto pudemos verificar que, nos estados mais desenvolvidos ou urbanizados, como no Sul, o contraste entre o rendimento médio do empregador e do empregado é maior na agricultura do que na indústria, enquanto que nos estados mais pobres e menos industrializados é maior na indústria.

O Maranhão, por exemplo, mostra este menor contraste entre os rendimentos na agricultura que, no seu conjunto, são muito baixos. A grande massa da PEA neste estado é composta pelo setor terciário privado que é muito reduzido em termos de rendimentos. Ao que parece, quando encontramos grande massa de agricultores pobres e um setor terciário privado reduzido em rendimentos, a região passa a depender de ajuda externa. No Maranhão, como no Piauí, os fluxos de renda são positivos, enquanto se apresenta balanço comercial deficitário.

O influxo de capitais também caracteriza as fronteiras agrícolas, como o Pará, Rondônia e Goiás. Os investimentos do governo na expansão da agricultura no Centro-Oeste e Norte teriam, inicialmente, o papel de superar as dificuldades da realização de transformações mais profundas na estrutura rural tradicional do Nordeste. Mas este espaço do Norte e Centro-Oeste vem se tornando a área de expansão de grandes empresas agropastoris e de especulação de terras também de empresas industriais. De qualquer forma, porém, em 1970, os rendimentos monetários dos agricultores de Goiás ou Rondônia, empregadores, empregados, conta-própria e parceiros, eram superiores a de seus equivalentes em Pernambuco ou Maranhão.

À medida que nos estados agrícolas passamos para um certo nível de industrialização, com empresários de fora, e com determinada elevação de rendimentos no terciário privado, haveria evasão de rendas.

A não ser que fosse alcançado nível bem alto de industrialização com empresários locais, caso de Santa Catarina, onde a evasão seria mínima.

No Nordeste tradicional os indícios são de exportação de rendas. Aqui, paralelamente à maior razão entre rendimentos de empregadores locais e empregados e à presença de um setor de empregados maior do que nas regiões de fronteira, influencia também um alto *deficit* comercial.

No Sul do Brasil, considerando-se apenas os setores industrial e agrícola, a proporção da categoria empregados é menor que em Pernambuco ou Alagoas, apesar de maior urbanização e industrialização. A evasão de rendas no Rio Grande do Sul tem balanço positivo comercial em contrapartida, fato ainda mais acentuado em Santa Catarina. No Paraná há entrada de capitais e balanço comercial positivo.

Outros espaços geográficos possuem expressão mista, de *área* e *ponto*, como a Bahia e Minas Gerais. Nestes estados a área de caráter agrícola tende, certamente, para o *deficit* de renda, enquanto que o ponto, um pólo urbano, conduz ao *superavit* através de investimentos industriais. Deste modo, estas unidades ficam próximas à linha de equilíbrio, a Bahia, com seu pólo em torno da petroquímica em Salvador, e Minas Gerais, com a industrialização em torno de Belo Horizonte.

É evidente que um aprofundamento de um estudo como o presente necessita previamente de uma série de esclarecimentos. Por exemplo, que influência pode ter a estrutura da atividade de estado na relação renda/rendimento? Relembramos que em diversas atividades terciárias a remuneração é a própria renda, isto é, o cálculo da renda não inclui medidas de quantidades físicas da produção e de seu valor, como se fez, por exemplo, na indústria. Resultaria que, onde prevalecesse o terciário, haveria tendência à relação menor de renda/rendimento. Portanto, um ulterior desenvolvimento de pesquisa nesta linha fica na dependência destes esclarecimentos. Análises fundadas em novas fontes de dados, como o ENDEF, por exemplo, deverão certamente permitir controlar melhor as estatísticas utilizadas para contas nacionais e servirão para avaliar a validade de maior desenvolvimento do tema em questão. No momento este nosso ensaio é um estímulo para a procura das ligações entre mecanismos de contabilidade social e regionalização.

É oportuno relembrar declarações do Prof. Isaac Kerstenetzky durante reunião realizada em 1979 entre o IBGE e usuários de dados estatísticos, afirmando que a simples organização das contas nacionais por setores de atividades, sem tomar em consideração outros aspectos estruturais das forças sociais, era insuficiente para a melhor compreensão do funcionamento da economia.

SUMMARY

The work is divided into two parts: the first one is a review of the discussion on the income and poverty distribution and its relationship with the urbanization in Brazil. The scholars, in general, agree that the income inequality has increased from 1960 on; the disagreements refer to its equivalence to the increase of poverty, and to the decrease or increase of the actual income in the different classes of income. These disagreements also embrace problems like the causes of inequalities, the place where poverty is concentrated, and the mechanisms to correct inequalities and to fight against poverty.

It's undeniable that the industrialization, as well as the urbanization of a developing nation, like Brazil, in relation to its market economy, don't reproduce exactly the historic process of nations in advanced capitalism; it's also undeniable the high percentage of people living under precarious conditions — in relation to the access to properties and services considered necessary to everyone. Nevertheless, this industrialization and urbanization historically represent the economic and social raise of the national system as a whole, in contrast with the phases of the dominant agrarian mercantile economy.

In recent years, however, the incoherencies may be reflecting an aggravation of the life conditions of the lowest income strata of the urban population, by means of accentuated alterations in the relative prices, and with a rising in the costs of foodstuff.

In a nation like Brazil, the separation between urban and rural, without the division into regions, leads to imperfect conceptions of reality, and the question "where does poverty concentrate?" must refer to the regional profile. The study of the inequality of income and poverty distribution requires analyses of aspects which are pertinent to interregional relations, specially of the flows of capital.

— the second part of the work comprehends an analysis of monetary resource transfer among the Brazilian states, that is, a flow adjusted to the localization of the factors of production and of the different social groups which are organized around the production. Thus, when these flows were described, they were related to the economic characteristics of the states, emphasizing the composition of its functional income.

Basically, the analysis lies on a comparison of the data of the internal income of the states (which refer to the Production Accounting), and the data of the revenue stated by the individuals in their domiciles. After this, the analysis relates these aspects to a commercial balance of the states, based on the data of the interstate commerce by internal ways, and of the foreign commerce, by the ports.

The available data don't allow to establish an "origin and destination" profile of the income transfers, but only a classification of the states, according to the positive or negative balance.

1. Federative Units practically in equilibrium concerning the flow of income, and with a positive commercial balance — São Paulo;

2. Federative Units with a negative balance in the flow of income, and with a positive commercial balance — Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo and Amapá;

3. Federative Units with a negative balance in the flow of income, and with a negative commercial balance — Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, that is, the Eastern Northeast, plus Acre, Amazonas and Mato Grosso;

4. Units with a positive balance in the flow of income, and with a positive commercial balance — Paraná and Rondonia, which are states with frontier regions of agricultural expansion (the data are from 1970, when Paraná still had this kind of space);

5. Federative Units with a positive balance in the flow of income, and with a negative commercial balance — Rio de Janeiro and Distrito Federal, areas of tertiary activities; Minas Gerais (investments in the industrialization); Goiás and Pará (investments in new regions); Ceará, Piauí and Maranhão, very poor periphery, where the remuneration to factors out of the state must be inferior to social and infrastructural investments directed by the Federal Government.

The results above show that the poorest states don't always present evasion of capital and the richest ones don't always figure as receivers. The flows to poor states certainly occur with a great participation of induced transfers. Nevertheless, the situation is different when it is to expand the factors of production by the expansion of agriculture, as in the case of the "pioneer fronts" (Rondonia), or when it is to spread out the infrastructure in the tertiary sector. In other words, it is necessary to distinguish policies directed to social work — supply of social infrastructure and services — from those directed to the industrial promotion, as well as from those directed to the agricultural expansion; it is also necessary to compare them, and to see how they complement each other.

RÉSUMÉ

Le travail se divise en deux parties: la première fait une révision du débat sur la distribution du revenu et de la pauvreté et sa relation avec l'urbanisation du Brésil. En général, ceux qui étudient la question sont du même avis sur la grande croissance de l'inégalité du revenu à partir de 1960; ils ne sont pas d'accord, cependant, sur le fait que l'inégalité soit équivalente à l'accroissement de la pauvreté et à la diminution ou l'accroissement du revenu réel dans les plusieurs classes du revenu. Ces discordances comprennent aussi des questions comme les causes des inégalités, la localisation des concentrations de la pauvreté, et les mécanismes de correction aux inégalités et de combat à la pauvreté.

Il est incontestable que l'industrialisation et l'urbanisation d'un pays en développement, comme le Brésil, en termes de l'économie de marché, ne reproduisent pas exactement le procès historique des pays de capitalisme avancé; il est aussi incontestable que les pourcentages de la population qui vit sous des conditions précaires — par rapport à l'accès aux biens et aux services considérés comme nécessaires — se maintiennent hauts. Cependant, cette industrialisation et cette urbanisation représentent historiquement l'élévation économique et sociale du système national comme un tout, en contraste avec les phases de l'économie agraire-mercantile dominante.

Pendant les dernières années, pourtant, les contradictions réfléchissent parfois une aggravation des conditions de vie de la population urbaine de moindre revenu, au moyen des altérations accentuées dans les prix relatifs et avec une hausse des couts des denrées alimentaires.

Dans un pays comme le Brésil, la séparation entre l'urbain et le rural, sans la division régionale, conduit à des compréhensions incomplètes de la réalité, et la question "où se concentre la pauvreté?" doit faire référence au cadre régional. L'étude d'inégalité de la distribution du revenu et de la pauvreté demande des analyses avec des aspects pertinents aux relations inter-régionales, particulièrement à celles des flux de capital.

— la deuxième partie du travail analyse des transfètements de ressources monétaires entre les départements brésiliens, c'est-à-dire, un flux ajusté à la localisation des moyens de production et de divers groupes sociaux organisés autour de la production. Ainsi, ces flux ont été organisés par rapport aux caractéristiques économiques des départements, en se détachant la composition du revenu fonctionnel.

L'analyse s'appuie fondamentalement sur une comparaison entre les données de revenu interne des états (qui se rapportent à la Compatibilité de la Production), et les données des revenus déclarés par les personnes physiques dans leurs domicile. Ensuite, l'analyse établit un rapport entre ces aspects et la balance commerciale des états basée sur les données du commerce inter-états par les voies internes, et du commerce extérieur, par les ports.

Les données disponibles ne permettent pas d'établir un cadre "d'origine et destin" des transfètements de revenu, mais seulement une classification des états, d'après les soldes positifs ou négatifs.

1. Unités de la Fédération pratiquement en équilibre par rapport au flux de revenu, et avec un solde positif dans la balance commerciale — São Paulo;

2. Unités de la Fédération avec un solde négatif dans le flux de revenu, et avec un solde positif dans la balance commerciale — Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo et Amapá;

3. Unités de la Fédération avec un solde négatif de revenu, et avec une balance commerciale négative — Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, c'est-à-dire, le Nord-est oriental, plus Acre, Amazonas et Mato Grosso;

4. Unités avec un solde positif dans le flux de revenu, et avec une balance commerciale positive — Paraná et Rondonia, avec leurs régions de frontière d'expansion agricole (les données datent de 1970, quand le Paraná tenait encore des espaces de ce type-là);

5. Unités de la Fédération avec un solde positif dans le flux de revenu, et avec une balance commerciale négative — Rio de Janeiro et Distrito Federal, des aires d'activités tertiaires; Minas Gerais (investissements dans l'industrialisation); Goiás et Pará (investissements dans les nouvelles régions); Ceará, Piauí et Maranhão, une périphérie très pauvre, où la rémunération pour les facteurs extérieurs doit être inférieure par rapport aux investissements sociaux et d'infrastructure dirigés par le pouvoir public fédéral.

Les résultats au-dessus montrent que les états pauvres ne figurent pas toujours avec l'évasion de capital et les plus riches ne jouent pas toujours de rôle de récepteurs. Les flux vers les états pauvres se font certainement avec une grande participation de transfètements induites. Cependant, la situation est différente quand il s'agit d'étendre les moyens de production à travers l'expansion de l'agriculture, comme dans le cas des "fronts pionniers" (Rondonia), ou quand il s'agit d'élargir l'infrastructure dans le secteur tertiaire. De cette façon; il est nécessaire de distinguer des politiques tournées vers les actions d'assistance — d'approvisionnement des services et infrastructure sociales — de celles tournées vers la promotion industrielle, ainsi que de celles tournées vers l'expansion agricole, les comparer, et voir comme elles se complètent.